



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KUTETA DA ROSA QUIMUANGA AUGUSTO

**O PAPEL DA ÁFRICA DO SUL NA CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL NA SADC: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO
DAS EMPRESAS SUL-AFRICANAS NA REGIÃO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

KUTETA DA ROSA QUIMUANGA AUGUSTO

**O PAPEL DA ÁFRICA DO SUL NA CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL NA SADC: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO
DAS EMPRESAS SUL-AFRICANAS NA REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Relações Internacionais,
do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharelado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cíntia Regina Campos
Ricardo da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

A936p

Augusto, Kuteta da Rosa Quimuanga.

O papel da África do Sul na consolidação da integração regional na SADC :
uma análise da atuação das empresas sul-africanas na região / Kuteta da Rosa
Quimuanga. - 2025.

59 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades
e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. África do Sul - Relações exteriores. 2. Relações econômicas internacionais.
I. Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral - Integração econômica.
II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 337.09682

KUTETA DA ROSA QUIMUANGA AUGUSTO

**O PAPEL DA ÁFRICA DO SUL NA CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO
REGIONAL NA SADC: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO
DAS EMPRESAS SUL-AFRICANAS NA REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Relações Internacionais,
do Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharelado.

Aprovada em: 01/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Juliana Mercia Guilherme Vitorino

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Aos meus amados pais, Augusto Cauanga e
Cecília Sorte

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização desta monografia:

À professora Cíntia Regina Campus, por sua orientação sábia, conselhos valiosos e apoio inabalável ao longo deste caminho acadêmico.

Ao professor Deolindo de Barros, cujo brilho acadêmico nos inspirou fortemente para aspirar à excelência acadêmica. E à professora Giana Targanski que, por meio do seu projeto de extensão, contribui grandemente para a minha formação acadêmica.

Aos meus colegas do campus, Tilson André, Gabriel Guelengue, Venâncio Gomes, Carla Kayembe, Jojô Muhenga, pelas ideias trocadas para o desenho deste trabalho

Aos meus familiares, Grace, Vitor, Garcia, Gildo, Girão, Assunção, Malaquias, Silas, pelo amor incondicional, encorajamento constante e apoio durante os momentos desafiadores. E de modo especial, à minha futura esposa, Emília José Domingo, pelo companheirismo constante e pelos conselhos motivacionais que sempre tem me dado.

Aos meus amigos, Fadário, Mika, Crispal, Saka, Carla, Jaime, Marcela, Trifénia, Sukama, Cláudia, Mendes, por estarem sempre presentes, oferecendo suporte moral, compartilhando ideias e tornando esta jornada mais leve e divertida.

Aos meus vizinhos brasileiros, Seu Barreto, Dona Maria, Mateus, Clevinho, Tia Cátia, Tia Deth, por teres me acolhido e tornarem agradável nossa convivência.

À instituição de ensino UNILAB, pela oportunidade de aprendizado, acesso aos recursos e ambiente propício para o desenvolvimento desta monografia.

A todos que de alguma forma contribuíram, meu mais sincero agradecimento. Esta monografia não seria possível sem vocês. Obrigado!

“South Africa would resist any pressure or temptation to pursue its own interests at the expense of southern Africa”

Nelson Mandela

RESUMO

A investigação procura relacionar a atuação das empresas sul-africanas aos objetivos de consolidação da integração regional na SADC. Desta forma, o papel que a África do Sul desempenha na prossecução das políticas na SADC se torna no principal objeto de estudo. No entanto, é fundamental no estudo a avaliação dos impactos que as empresas sul-africanas causam nos mercados locais, e de que maneira isso afeta os mercados internos. No estudo se aplica uma metodologia baseada na abordagem qualitativa, combinada com uma pesquisa exploratória em torno do fenómeno. Com recurso a técnicas de pesquisa como a análise documental e pesquisa bibliográfica foi possível reunir um conjunto de dados que fundamentou o estudo. De facto, a África do Sul é um país com enorme potencial económico para contribuir para melhor desempenho da SADC, por meio da atuação das suas empresas. No entanto, tem se verificado uma atuação exitosa do país para com a comunidade, enquanto o setor empresarial se beneficia em muito com a atuação nos mercados locais. Por outro lado, as empresas sul-africanas contribuem também para a melhoria do desempenho na região por meio de investimentos nos mercados dos países, fomento do comércio e aumento da integração dos mercados.

Palavras-chave: África do Sul - relações exteriores; relações económicas internacionais; Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral - integração económica.

ABSTRACT

The investigation seeks to relate the performance of South African companies to the goals of consolidating regional integration in SADC. In this way, the role that South Africa plays in pursuing policies in SADC becomes the main object of study. However, an essential part of the study is also the assessment of the impacts that South African companies cause in local markets, and how this affects internal markets. The study applies a methodology based on a qualitative approach, combined with exploratory research around the phenomenon. Using research techniques such as documentary analysis and bibliographical research, it was possible to gather a set of data that substantiated the study. In fact, South Africa is a country with enormous economic potential to contribute to the better performance of SADC, through the actions of its companies. However, a successful performance of the country towards the community has been observed, while the business sector benefits greatly from operating in local markets. Furthermore, South African companies also contribute to improving performance in the region through investments in the countries' markets, promotion of trade, and increased market integration.

Keywords: South Africa - foreign relations; international economic relations; Southern African Development Community - economic integration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	População e PIB (a preços correntes) por Estado Membro em 2023	18
Gráfico 1	Dinâmica do crescimento na África Austral e África, 1990-2020	21
Tabela 2	Complexidade econômica e de produtos na África Austral	50
Figura 2	Participação no PIB regional por Estado Membro (2014, 2018, 2023)	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B4SA	Business for South Africa
BUSA	Business Unity South Africa
JICC	Iniciativa Conjunta em Crimes e Corrupção
NECOM	Comité Nacional de Crises Energéticas
NEDLAC	Conselho Nacional de Desenvolvimento econômico e Trabalho
NLCC	Comité Nacional de Crises Logísticas
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PPA	Acordos de Produção de Petróleo
RISDP	Planos Indicativos de Desenvolvimento Regional
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Southern African Development Community
SPT	Sasol Petroleum Temane
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO	17
2.1	INTEGRAÇÃO REGIONAL NA SADC	17
3	CAPÍTULO II - HEGEMONIAS E ATORES PRIVADOS NAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	23
3.1	O FENÔMENO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NAS ABORDAGENS REALISTAS E LIBERAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	23
3.2	A PRESENÇA DE UMA HEGEMONIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO	26
3.3	O NÍVEL DOMÉSTICO NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	28
4	CAPÍTULO III - ATUAÇÃO DAS EMPRESAS SUL AFRICANAS NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL	31
4.1	A BUSINESS UNITY SOUTH AFRICA (BUSA)	31
4.2	OS INVESTIMENTOS DA SASOL EM MOÇAMBIQUE	32
4.3	O DOMÍNIO DA MTN GROUP NO MERCADO ZAMBIANO	35
4.4	A ASPEN PHARMACARE NA TANZÂNIA	39
4.5	A SHOPRITE HOLDINGS EM ANGOLA	42
4.6	IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS SUL-AFRICANAS NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL	44
4.6.1	BUSA e o governo sul-africano	45
4.6.2	Setor privado, o governo sul-africano e a SADC	47
5	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o papel do setor privado empresarial sul-africano na prossecução das políticas de integração regional orquestrada pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) no âmbito do fortalecimento das medidas de consolidação das políticas no bloco. O estudo procura interligar a atuação das empresas sul-africanas aos principais objetivos de planeamento da região como forma de compreender o real impacto deste setor privado sobre as metas, propósitos e na performance geral esperada nos Estados Membros.

O setor privado empresarial da África do Sul, atuando nos diferentes países que compõem a SADC, gera um conjunto de nuances em torno da estrutura econômica e social dos países. Assim, o estudo avalia as implicações desta atuação no conjunto de medidas promovidas pelos Estados-Membros como forma de potencializar o processo de integração regional, como também avalia o papel que a África do Sul desempenha dentro desta atuação empresarial nos países vizinhos.

Como forma de viabilizar o estudo, é concedido um olhar sobre a maior associação empresarial da África do Sul, isto é, a *Business Unity South Africa* (BUSA), analisando sua relação interna com o Governo local, sua relevância na política interna, bem como o papel das empresas a ela associadas na prossecução das principais medidas da SADC em relação ao mercado regional. Assim, é importante para o estudo o modo como as empresas atuam, seu impacto e implicações, em relação aos principais documentos de planeamento da SADC como forma de avaliar o real impacto do setor privado na performance da região em matérias como comércio, produção, infraestrutura, entre outras.

A presença da África do Sul na região pode ser analisada sob várias perspectivas atendendo necessariamente aos objetivos preconizados. Neste contexto, o trabalho apresenta assim uma abordagem analítica da participação sul-africana no bloco com vista ao reconhecimento do impacto potencial e real que este país possa ter no desempenho político e econômico do bloco. Contudo, a participação das empresas sul-africanas no processo de integração regional pode ser entendida como o real objeto de pesquisa, trazendo assim resultados que permitam avaliar de facto o papel que as firmas possam desempenhar para que os objetivos de consolidação da integração regional possam ser alcançados na SADC.

O principal objetivo para o estudo é o de compreender o papel que as firmas sul-africanas desempenham para a consolidação das políticas de integração regional na SADC, como forma de melhorar a performance da região em relação aos seus objetivos, nomeadamente

as políticas de planeamento do bloco. Para os objetivos específicos, o estudo procura analisar os (possíveis) impactos da atuação das empresas sul africanas na SADC, bem como identificar vantagens e desvantagens da presença das empresas sul-africanas nos mercados dos Estados onde predominam.

Assim, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos: no primeiro, apresentamos o contexto geral da SADC, como forma de conceder os principais *insights* do panorama geral no qual desenvolver-se-á o estudo; no segundo capítulo, procede-se à uma análise teórica das principais teorias das Relações Internacionais com subsídios necessários para o embasamento do estudo; por fim, no terceiro capítulo, avalia-se de facto a presença das empresas sul-africanas, tendo alguns estudos de caso em específico, para posterior análise da atuação das empresas em relação aos objetivos principais da SADC.

Justificativa

A análise em torno do papel da África do Sul no processo de integração regional na África Austral, SADC, se mostra relevante pelas nuances que o estudo implica, explorando um campo de estudo pouco investigado, como também constitui uma análise com potencial de avaliar e discernir medidas rumo ao melhoramento do grau de interligação político-económico da África Austral.

Com efeito, a SADC apresenta um quadro económico pouco favorável justamente pelo baixo desenvolvimento económico que a maioria dos Estados Membros atravessam. A região possui um fraco crescimento económico se comparado com outras regiões do mundo, levando o bloco a ser altamente dependente da exportação de *commodities*. Assim, o nível de pobreza ainda continua alto na maioria dos países, e em contrapartida a taxa de desemprego também se revela alta. Portanto, a estrutura económica da maioria dos países se encontra bastante fragilizada e muito suscetível a choques externos, mesmo em produção alimentar. Este cenário desfavorável põe justamente em risco o sucesso das políticas da SADC na medida em que existem poucas condições favoráveis ao cumprimento das medidas necessárias ao desenvolvimento da região, sendo um resultado claro da fragilidade económica dos Estados.

Por outro lado, a África do Sul representa a maior potência económica na região, dado o seu nível de desenvolvimento económico que pode ser facilmente identificado como o melhor da região. Neste contexto, o mercado sul africano se mostra como o mais resiliente e robusto da SADC, com empresas nacionais e internacionais. Assim, torna-se interessante desvendar o modo como as empresas do país lidam com os países vizinhos no contexto da atuação

comercial, bem como possam contribuir para o melhoramento da situação económica pouco favorável.

A nível económico, as empresas sul africanas podem contribuir de diversas formas para o desenvolvimento da região, por meio de uma atuação direta nos mercados locais. Com uma política favorável dentro da região, as empresas podem certamente criar mais oportunidades de emprego, contribuir no aumento da produção nacional, bem como reduzir a dependência da região de outros atores.

A nível político, a atuação das empresas sul africanas pode representar um impulso para eliminar-se as barreiras tarifárias e não-tarifárias dentro do bloco, pois na medida em que forem se complementando os sectores sociais dentro da região, a demanda por políticas estatais que favoreçam esta relação se torna cada vez maior.

Portanto, analisar de facto o papel que as empresas sul-africanas desempenham dentro do processo de integração regional na SADC, diante dos principais desafios da região, se torna relevante para a compreensão do real papel que a África do Sul, enquanto principal economia do bloco, desempenha e modo como interage com seus países na região.

Metodologia

No presente estudo, procura-se desenvolver um procedimento metodológico que permita, em última análise, ter em alcance informações imprescindíveis para a prossecução dos objetivos do trabalho. Quanto à abordagem que norteia o estudo, aplicou-se uma abordagem qualitativa que, segundo Menezes e Silva (2005, p. 20), é aquela em que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Assim, é fundamental e mais prático para o estudo a aplicação da abordagem qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa, porém, levando em conta alguns dados estatísticos que serão úteis para evidenciar as proposições que se deseja defender e comprovar na investigação científica. Desta maneira, foi mobilizado um conjunto de dados secundários a partir de plataformas digitais oficiais, quer da própria SADC, quer dos Estados Membros, assim como de outras instituições credíveis, como forma de obter dados que sustentam as premissas adotadas ao longo do estudo exploratório.

A investigação foi realizada com base em uma pesquisa exploratória, visando examinar um campo pouco estudado, porém, com dados relevantes para a análise a que o estudo se

propõe. Assim, a investigação é claramente holística, visando capturar linhas gerais do objeto de estudo, abrindo, desta maneira, espaços para futuros estudos na mesma direção.

Como técnica de pesquisa, procurou-se aplicar a análise documental e a revisão bibliográfica, contanto que os dados apresentados que fundamentam o pensamento desenvolvido na investigação foram recolhidos de sites oficiais, documentos oficiais, relatórios anuais, boletins informativos e outras fontes.

Por outro lado, por meio do mapeamento de empresas sul-africanas procurou-se identificar quais empresas têm participação forte nos diferentes setores produtivos das economias da SADC. Ademais, a revisão bibliográfica se revelou como uma ferramenta útil para que se pudesse explorar o fundamento filosófico das teorias de Relações Internacionais que sustentam os fenômenos em estudo.

Por fim, para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário orientar-se por uma questão fundamental que serviu de problematização da pesquisa a partir da qual se poderia obter um conjunto de informações necessárias à compreensão da natureza do problema em estudo, bem como na sugestão de medidas necessárias a sua resolução, assim, levou-se em conta a seguinte questão: Que papel desempenha as empresas da África do Sul na consolidação da integração regional da SADC?

2 CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL NA SADC

A Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC) é o principal bloco regional da África Austral. Seu surgimento se enquadra no âmbito da consolidação do Tratado de Abuja de 1991 que criou então um conjunto de instrumentos e medidas necessárias para a institucionalização de blocos regionais que seriam responsáveis pela integração dos mercados e políticas econômicas no continente africano (SADC, 2025; Paes, Hoscheidt; Filho, 2013).

Assim, a SADC marca um ponto de viragem na configuração da cooperação multilateral entre os Estados da África Austral na medida em que antes dela os arranjos multilaterais existentes tinham como foco a agenda política. Com efeito, a principal antecessora da SADC, a Southern African Development Coordination Conference (SADCC) tinha uma agenda essencialmente política atendendo ao contexto que se vivia na África Austral no princípio da década de 80. Neste contexto, a cooperação entre os Estados da região era dominada pelos países que ficaram conhecidos informalmente como Países da Linha da Frente (PLF), a saber, Moçambique, Angola, Tanzânia, Zimbabwe e Zâmbia.

A segurança na região constituía a principal preocupação destas organizações, SADCC e PLF, atendendo ao facto de o regime racista sul-africano ter representado uma ameaça iminente para alguns Estados já independentes na região. (Santos, 2013, p. 5)

Assim, é justamente no âmbito do novo cenário político regional e mundial que a SADC começa então a ser institucionalizada. Com efeito, a instauração da democracia na África do Sul e o fim da Guerra Fria podem ser considerados como marcos importantes à configuração da agenda essencialmente econômica nas relações multilaterais entre os Estados da região, atendendo ao desafio econômico que a região passa a encarar com maior seriedade.

Atualmente a SADC é formada por 16 Estados-Membros (África do Sul, Angola, Botswana, Comores, RD Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe), e pode ser caracterizada como uma organização intergovernamental com poderes relativamente baixo em relação à outros blocos, como a União Europeia. (SADC, 2025)

Tendo como principais órgãos orientadores ao nível geral, a Cimeira de Chefes de Estado e Governo (liderada por uma Troika), o Conselho de Ministros e o Secretariado, a relação orgânica entre estes organismos revela uma preponderância óbvia das instituições norteadas por princípios e mecanismos intergovernamentais, facto que relega o organismo executivo, por excelência, para um patamar secundário,

com pouca capacidade efectiva para impulsionar o processo integrativo, deixado principalmente à mercê do voluntarismo estatal. (Santos, 2013, p. 5)

A SADC procura, portanto, firmar-se como uma organização de integração regional que possa assim contribuir para o desenvolvimento económico da região, por meio da aplicação de um conjunto de normas, princípios e acordos comumente estabelecidos entre os países que formam o bloco.

Atualmente a SADC cobre uma população de 382 milhões de habitantes de diferentes países, porém, a despeito das diferenças económicas e demográficas existentes entre os Estados Membros (como se verifica na tabela 1), o bloco tem desenvolvido vários instrumentos para orientação de políticas que visam integrar a vida destas pessoas em dimensões económica, política e social. Assim, para a orientação de políticas, das metas a serem alcançadas quer no curto prazo como no longo prazo, a SADC se baseia em dois instrumentos principais, a saber, a Agenda SADC 2050 e os Planos Indicativos de Desenvolvimento Regional (RISDP) (SADC, 2025).

Tabela 1 - População e PIB (a preços correntes) por Estado Membro em 2023

Estados Membros	População (milhões)	PIB (Milhões em USD)
Angola	34.094	155 488
Botswana	2.481	19 710
Comores	sem dados	1 457
D.R.C	112.021	70 545
Eswatini	1.188	4 444
Lesotho	2.103	2 092
Madagascar	29.915	15 766
Malawi	19.810	12 712
Ilhas Maurícias	1.261	14 473
Moçambique	32.420	20 953
Namibia	3.022	12 348
Seychelles	120	2 149
África do Sul	62.027	380 700
Tanzania	64.522	79 253
Zambia	sem dados	27 541
Zimbábue	17.413	27 054
SADC Total	382.396	846 686

Fonte: SADC (2023).

A Agenda SADC 2050 é um instrumento de planeamento de longo prazo que reflete os anseios dos Estados-Membros em matéria de integração regional dentro do período

estabelecido. Assim, ela constitui uma política intergovernamental que orienta um conjunto de metas, objetivos e medidas a serem promovidas pelos respectivos signatários como forma de fortalecer o processo de integração regional em áreas mais específicas e demandantes dentro da região.

A Agenda SADC 2050 busca proporcionar, em essência, bases para a atuação dos Governos dos Estados para que possam estar alinhadas com os objetivos que a organização preconiza; como também, constitui linhas gerais que orientam a configuração das relações de cooperação dentro do Bloco. Portanto, o objetivo primordial da agenda é justamente atingir níveis elevados de estabilidade, promover a paz e consolidar a prossecução dos seus objectivos tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico, a erradicação da pobreza e a plena integração regional. (SADC, 2020)

Por sua vez, o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) constitui o reflexo da aplicação das políticas norteadoras da Agenda 2050 em médio prazo. Assim, o RISDP busca a implementação das linhas gerais que constam na Agenda 2050 como uma forma de otimizar a gestão dos planos de longo prazo, conferindo assim maior grau de exequibilidade dentro das políticas consensualmente aprovadas e promovidas pelos Estados Membros.

Até ao momento foram aprovados dois RISDP's. O primeiro operou por 15 anos (2005-2020) e visava formular um conjunto de políticas que tinham como meta estabelecer na região os arranjos institucionais necessários para a consolidação da integração econômica entre os Estados. Por outro lado, o segundo, ainda em vigor, que opera de 2020 a 2030, pretende dar sequência das políticas orientadas no primeiro em vista a consolidação da integração regional por meio da eliminação de barreiras que dificultam o processo de integração econômica na região, bem como avaliar um conjunto de indicadores necessário ao desenvolvimento econômico e social da região, como igualdade de gênero e valores de boa governação.

No entanto, até ao momento, o que representa a maior conquista é um marco importante dentro da estrutura de integração regional promovida pela SADC é a instauração da zona de comércio livre de bens e serviços em 2008 (Mapuva; Muyengwa-Mapuvamapuva, 2014). Com efeito, a zona de livre comércio tem favorecido o comércio intra-regional, criando maior oportunidade de aumento da mobilidade de produtos entre os Estados-Membros.

Todavia, a SADC ainda enfrenta sérios desafios que constituem factores que impedem o avanço das políticas que consolidam a integração na região. Embora tenha sido estabelecido no RISDP 2005-2020 que a zona de comércio livre teria de impulsionar a instauração de uma união aduaneira até 2010, não veio a acontecer. Santos e Tomassoni (2013) apontam que a falta

de organização interna de alguns Estados-Membros, assim como a natureza indicativa do plano podem ser identificadas como alguns dos fatores que influenciaram o fracasso da implementação da união aduaneira.

Com efeito, o não alcance da união aduaneira também se deve ao facto de alguns membros possuírem ainda uma estrutura económica pouco diversificada, se tornando reféns de um único sector produtivo. Em função disso, alguns países, como os insulares, praticam altas taxas alfandegárias em função das suas necessidades económicas.

A adopção de uma tarifa externa comum é um dos principais problemas - entre outros também aqui explorados - que até agora obstaculiza a criação da UA, cuja concretização está prevista para 2013, ano presente. A disparidade dos valores das tarifas alfandegárias é bastante visível entre os onze Estados-membros que constituem a AC, bem como a dependência fiscal que cada um dos Estados tem deste tipo de receita. Dentro daquela que putativamente se tornará a união aduaneira da SADC, existe uma outra, a SACU (União Aduaneira da África Austral), cuja pauta externa comum se encontra nos 8,2%, não muito afastada da zimbabweana (16%), mas profundamente díspar de taxas astronómicas no seio dos Estados da ACL, algumas superiores a 100% (Saurombe, 2009, p. 101; Santos; Tomassoni, 2013, p. 9)

De facto, a ausência de uma união aduaneira naturalmente impediu que a região desse passos significativos rumo à integração plena da SADC. Desta maneira, a união económica continua ainda distante de se materializar apesar dos esforços que têm sido direccionados nesta perspectiva. Para além de a integração política e económica serem também pontos cruciais para o alcance da integração económica efetiva, a SADC ainda não conseguiu coordenar as acções dos Estados-membros nesta mesma direcção, fazendo com que a SADC se torne ainda uma região em estágio inicial de integração económica, tendo ainda muitos bloqueios a serem levantados em vista a consolidação dos planos de desenvolvimento económico e social da região por meio da eliminação das barreiras económicas e políticas entre os Estados.

Assim, a SADC procura, entre outros objetivos prioritários, desenvolver e implantar políticas que possam contribuir para o alcance do desenvolvimento económico dos Estados Membros, embora exista ainda muitos obstáculos a serem superados em vista ao desenvolvimento da região.

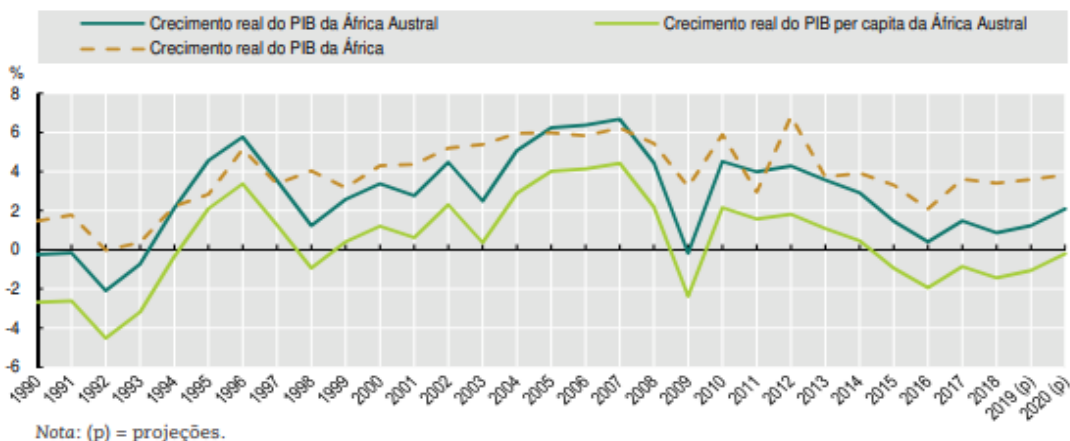
O uso do desempenho do sector transformador como indicador do estatuto da industrialização na SADC é reveladora. O desempenho do sector durante o período de 2008–2018 foi fraco. Medido em termos da sua contribuição relativa ao PIB, o sector de produção tem estado em grande parte estagnado nos últimos 10 anos e permanece abaixo dos níveis alcançados em 2008 e 2009. A participação da indústria de transformação em relação ao PIB total vem diminuindo marginalmente desde 2009, quando se situou em 13,1%, atingindo o seu menor valor em 10,9% em 2013. O período pós 2013 apresentou ligeira recuperação, com o sector a aumentar

gradualmente a sua participação em relação ao PIB para 11,9% em 2018. (SADC, 2020, p. 26)

É consensual que a maioria dos países da SADC se encontram fragilizados em termos económicos, dada a existência de problemas em setores estratégicos, como falta de infra-estruturas de base, alta dependência de produtos primários exportados, fraca produção de bens e serviços com valor agregado, entre outros. Este cenário económico que se verifica na maioria dos países da região acaba por ter efeitos negativos na projeção dos planos de desenvolvimento da região, na medida em que cria ambiente pouco favorável para a cooperação econômica intra-regional (Santos; Tomassoni, 2013). Segundo dados da SADC (2023), de 2010 a 2022 apenas a África do Sul obteve um nível de produção em manufatura com considerável participação no PIB do país, atingindo o maior valor em 2011 de aproximadamente USD 59 mil milhões. Por outro lado, países como Moçambique, Botsuana e Malawi, com valores de referência de USD 1 566, 1 214 e 1 476 (em milhões) respectivamente, tiveram valores muito baixos quando comparados com a produção sul africana. Para os demais países a realidade não foi diferente, pois a disparidade entre os valores se manteve significativa.

Com efeito, a fraca capacidade económica que se verifica na maioria dos Estados-membros representa um empecilho grandioso para a consolidação dos arranjos institucionais que visam a realização plena dos projetos ligados à integração económica da região, causando um enfraquecimento dos compromissos entre os Estados e, sobretudo, favorece a dispersão dos atores para outros espaços multilaterais ou bilaterais que possam ser mais vantajosos. Como se pode observar na figura abaixo, a evolução da capacidade produtiva na região nem sempre consegue seguir a mesma dinâmica do continente, sendo portanto um reflexo dos enormes desafios econômicos enfrentados pelo bloco.

Gráfico 1 - Dinâmica do crescimento na África Austral e África, 1990-2020



Fonte: OCDE (2019, p. 132)

No entanto, a maior potência econômica da região, a África do Sul, apresenta um quadro econômico que possa servir de fonte para suprir alguns recursos necessários à consolidação do processo de integração na SADC. A estrutura econômica da África do Sul se apresenta mais desenvolvida relativamente aos demais membros do bloco regional, representando, assim, um elemento-chave para se alcançar uma complementaridade das economias da região (Egu; Aregbeshola, 2017). Por conseguinte, como forma de evidenciar a capacidade dos Estados de estimular o crescimento econômico da região, dados oficiais da SADC (2023) dão conta que o volume líquido de investimento directo estrangeiro nos países membros continua sendo muito baixo quando comparado com a África do Sul que, mais frequentemente, tem registado maior fluxo de investimento direto estrangeiro, potencializando a produção interna, com o maior valor de referência em volta de USD 41 mil milhões (2021), enquanto os demais países, desde o ano de 2000 que nenhum alcançou sequer a metade daquele valor.

A África do Sul possui um sector privado empresarial diversificado e com reconhecido potencial para contribuir na integração plena dos mercados dos países, bem como contribuir significativamente para o aumento da produção de manufaturas que possam elevar a capacidade da região em gerar produtos de elevado valor agregado.

Portanto, é justamente o potencial econômico do setor privado empresarial sul-africano que vai marcar a análise a ser desenvolvida sobretudo no terceiro capítulo, fazendo uma avaliação dos dados empíricos registrados dessa atuação em relação aos principais instrumentos de planeamento da SADC, para assim poder-se compreender o real papel desempenhado pela África do Sul face aos desafios de integração regional na SADC.

3 CAPÍTULO II - HEGEMONIAS E ATORES PRIVADOS NAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 O FENÔMENO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NAS ABORDAGENS REALISTAS E LIBERAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O realismo e o liberalismo figuram entre as principais correntes teóricas de relações internacionais, sendo amplamente usadas como meios para descrever e compreender certos fenômenos que ocorrem tanto a nível do sistema internacional, como em níveis mais específicos. Assim, embora tanto o realismo quanto o liberalismo sejam paradigmas que se enquadram mais convencionalmente em análises sistêmicas das relações internacionais, seu uso no âmbito regional em nada diminui o real alcance analítico das respectivas teorias (Mesquita, 2019).

O realismo examina o fenômeno de integração regional dentro de outros temas de grande importância para o paradigma, prevalecendo suas premissas básicas que fundamentam tal paradigma (Sarfati, 2005). Assim, os realistas analisam o processo de integração regional dentro da visão estadocêntrica, vendo os interesses nacionais como grandes motivadores da iniciativa de criação de arranjos institucionais entre os diferentes atores.

Com efeito, na abordagem realista a predisposição dos Estados em firmar alianças regionais para, assim, gradativamente, constituir um conjunto de aparato regional de homogeneização em certa área, pode ter razões diferentes, e nem sempre é possível identificar um só elemento causador de tal iniciativa. Por outro lado, os Estados envolvidos agem de diversas formas e buscam tirar proveitos, cada um à sua maneira, das alianças regionais que são formadas.

Neste contexto, os realistas, segundo Nogueira e Messari (2005), sustentam que os Estados podem fortalecer e criar alianças com outros Estados como forma de garantir equilíbrio de poder no sistema internacional, por meio da criação de um conjunto de arranjos entre diferentes atores como forma de contrabalançar o poder de outro ator. Por outro lado, a aliança pode ainda reforçar o poder de um dado Estado, na medida em que essa aliança pode significar o alargamento do seu campo de influência, e lhe conceder um papel de chefia dentro da organização.

Segundo Borzel (2016), o papel do equilíbrio de poder dentro do processo de integração regional pode ser compreendido como forma de uma potência conter o avanço de outra potência, reunindo assim atores de uma dada região sob seu escopo de influência, como foi o

caso da participação dos EUA na criação da Comunidade Europeia, que culminou com a criação da União da Europeia, e que constitui um mecanismo de aproximação da Europa ocidental aos EUA, consolidando processos anteriores com mesma finalidade, como a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1941. E ainda, dentro do mesmo contexto, as alianças regionais também podem ser uma resposta objetiva à influência de uma hegemonia dentro da região, ou seja, elas podem funcionar como mecanismo de contenção de poder de um Estado na região, assim, a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com forte incentivo do Brasil e Venezuela, que desejavam conter a influência dos EUA na América do Sul, é um exemplo claro desse caso.

Assim, a teoria realista, ao analisar o processo de integração regional, olha com ênfase aos assuntos de ordem política, sobretudo, enfatizando os interesses dos Estados na consolidação de poder, por um lado, como também na contenção do poder de outro Estado. Por outro lado, apesar do foco na agenda política dos processos de integração regional, a teoria realista não deixa de observar a relevância que o processo de integração regional possui para a análise econômica. Neste contexto, os Estados buscam integrar-se como forma de se fortalecer economicamente através desses processos, justamente pela abertura mercantilista que a integração regional possibilita aos diferentes atores (Mesquita, 2019). Desta maneira, a integração regional, dentro da abordagem realista do interesse nacional, permite que um Estado tenha abertura a novos mercados, fortalecendo assim seu comércio, e conseqüentemente, satisfaz suas necessidades econômicas, revelando assim a relevância da integração regional para o fortalecimento da nação.

Um outro paradigma dentro das relações internacionais que pode facilmente ser aplicada ao estudo do regionalismo, fazendo um contraponto com as abordagens realistas em relação ao processo de integração que foram descritas acima, é, com razão, a corrente liberal das relações internacionais que, sob outra ótica, analisa o papel dos Estados, suas motivações e potenciais benefício na integração regional levando em conta novas premissas.

Sarfati (2005) apresenta a corrente liberal como promotora da cooperação internacional entre os diferentes Estados, sendo, assim, uma abordagem teórica que enfatiza o papel da cooperação na relação entre os Estados, e vê nela um mecanismo proeminente para a configuração e estabilização do cenário internacional. A par da cooperação, a interdependência figura como principal fator da harmonização da relação entre os Estados no sistema internacional.

Como se verifica, a abordagem liberal dá ênfase à relação de interdependência que existe entre os atores, como premissa básica para compreender a relação entre Estados, bem

como fundamento para um conjunto de regimes, arranjos e outras medidas adotadas pelos governos para garantir a cooperação dentro de um sistema anárquico.

Assim, para fundamentar a ação dos Estados com pretensão na criação de políticas regionais, os liberais trazem à tona um conjunto de condicionalidades à que os atores estatais estariam limitados se deliberadamente resistissem à cooperação, e optassem unilateralmente por seus interesses. A interdependência desenvolvida nos estudos de Keohane, no pós-guerra fria, dentro da abordagem neoliberal, consiste pois no estado dos Governos locais em relação de dependência com fatores externos, não podendo, portanto, ter uma actuação eficiente fora da cooperação com outros atores que têm poder de influência sobre os eventos no geral.

Assim, Mesquita (2019), aponta que para os liberais um fenômeno atual e marcante para se pensar a interdependência dos Estados quer a nível do sistema internacional quer no nível regional, é com efeito a globalização. A conexão de diferentes fenômenos em diferentes partes do mundo cria uma rede complexa de relações entre diversos atores, quer privados quer públicos, fomentando assim a dependência dos Estados que ficam vulneráveis à política de outros Estados.

A globalização, na visão liberal constitui um fenômeno que em muitas circunstâncias favorece o processo de integração regional, bem como cria as condições favoráveis para a existência de fóruns de cooperação que contribuem para a institucionalização de políticas favoráveis aos atores quer a nível regional como internacional.

a globalização pode fomentar o regionalismo das seguintes maneiras: (1) as novas e complexas questões geradas pela globalização exigem respostas coordenadas que são mais viáveis de serem articuladas no nível regional do que global; (2) o maior número de valores compartilhados bem como de interesses convergentes numa região torna a aceitação de compromissos e regulações mais aceitável; (3) se por um lado há problemas de escala mundial (e.g.: aquecimento global), há outros que são considerados globais mas cuja gestão e efeitos são na verdade mais regionais (e.g.: fluxos de imigração); (4) a região pode ser o nível mais viável de reconciliar as pressões em direção à globalização e integração com as tendências à fragmentação, ao dar aos Estados um nível de ação em que é possível assegurar controle face às forças do mercado; (5) e, se, por um lado, a pressão em nível sistêmico por eficiência produtiva e adequação às políticas liberais de mercado impactam na ação global e regional, por outro lado, elas também criam o incentivo para a formação de blocos que possam assegurar maior poder de barganha. (Mesquita, 2019, p. 11)

Assim, as teorias liberais concedem particular ênfase na interdependência dos Estados não só em questões políticas mas em outras mais abrangentes para a sociedade civil, como as de cunho econômico e sociais. Neste contexto, dentro da abordagem funcionalista da teoria liberal, em muitos casos os processos de integração regional aparecem como um resultado de outras etapas dentro da interação entre os diferentes atores de uma dada região. Assim, a criação

de instituições regionais podem ser um reflexo da interdependência e cooperação entre Estados diferentes na mesma região, na medida em que a interação entre setores criam condições favoráveis para a consolidação de um aparato regional que coordena a ação dos diferentes Estados sobre uma área específica.

Portanto, as abordagens sistêmicas das relações internacionais, realista e liberal, encaram o processo de integração regional sob diferentes perspectivas, levando em conta o fundamento da atuação dos atores, suas motivações e conseqüentemente as vantagens de participar no processo. Neste contexto, os realistas analisam a integração regional dentro do escopo da *high politics*, vendo no processo de integração o mecanismo para os Estados consolidarem seu poder, e maximizar o benefício dela em detrimento de outros competidores (se houver). Com efeito, os ganhos relativos do ator se tornam o principal indicador para medir o interesse de um determinado Estado em participar do processo de integração. Por outro lado, a abordagem liberal, com base na interdependência dos Estados e na globalização, avaliam a integração dos Estados com base nos ganhos absolutos, ou seja, os benefícios mútuos que advêm da cooperação dos Estados sob a mesma região.

3.2 A PRESENÇA DE UMA HEGEMONIA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

O papel de um Estado hegemônico dentro do sistema internacional tem sido alvo de debates das correntes teóricas das relações internacionais, refletindo sobre a importância da liderança de um Estado para a manutenção da cooperação e da estabilização das relações que possam ser mantidas dentro de um determinado regime que envolve diversos atores. Com efeito, a presença de um hegemón nos processos de integração regional pode ser um nível de análise à parte, cujos contornos são estudados com singularidade pelas correntes teóricas. Desta maneira, pode existir uma hegemonia dentro de uma região exercendo influência significativa dentro das estruturas supranacionais, podendo a sua atuação ser analisada em várias perspectivas.

Sem sombra de dúvidas, a teoria que mais se preocupou em analisar o papel das lideranças na consolidação de arranjos e regimes a nível sistêmico é pois a Teoria da Estabilidade Hegemónica, de cunho realista. Com efeito, esta teoria permeia a análise apresentada no capítulo seguinte, servindo de maior referencial teórico para avaliar a presença sul-africana na SADC.

No final do século XX um grupo de analistas de relações internacionais desenvolveu então um estudo que tinha como pretensão maior analisar a estabilidade do sistema

internacional, bem como analisar a melhor forma de assegurar que os arranjos ou princípios, criados em um dado momento, pudessem proporcionar ordem e uma harmonização no sistema internacional. Autores como Kindleberger, Keohane, Wallenstein e Krasner foram de facto os responsáveis por esta teoria a nível sistêmico. Com efeito, a Teoria da Estabilidade Hegemônica pode ser aplicada à um nível de análise regional para avaliar a consistência de regimes e arranjos institucionais no âmbito do regionalismo (Mesquita, 2019).

O argumento principal desses autores é que, de facto, para a manutenção de um dado regime ou organização internacional seria, portanto, necessário que existisse um Estado com capacidade de facto para sustentar a forma e o funcionamento de tais arranjos entre os membros. Assim, o Estado hegemônico arcaria com os custos do regime e funcionaria como garantia da continuidade das políticas sustentadas pelo arranjo institucional entre os Estados. (Sarfati, 2005)

Borzel (2016) sustenta que a garantia do funcionamento de uma ordem formada sob a liderança de uma potência hegemônica, o *'paymaster'*, não deve ser entendido como um ato altruísta do hegemón, na medida em que o desejo de sustentar a ordem recém criada constitui uma medida liberal que proporciona inevitavelmente ganhos relativos ao Estado hegemônico. De facto, o sucesso ou fracasso de uma iniciativa que visa a consolidação de uma política regionalista entre os Estados depende em grande medida do quanto os Estados mais poderosos na região estariam dispostos a *'gastar'* para assegurar o funcionamento do aparato constituído. Neste sentido, o sucesso da experiência europeia em seu processo de integração económica e política é amplamente atribuída ao papel desempenhado pelos Estados Unidos, e, por outro lado, o insucesso, por exemplo, do processo de integração no médio oriente com a Liga Árabe deve-se ao facto de não haver um Estado com capacidades de garantir o suporte necessário para o andamento das políticas (Borzel, 2016; Fawcett, 2013)

Ora, importante ainda ressaltar que, embora os Estados hegemônicos tenham a possibilidade de obter ganhos dentro da ordem por eles mantidos, nem sempre os Estados com maior poderio econômico ou político na região estão dispostos a arcar com os custos da constituição da referida ordem regional ou dentro de um sistema internacional, atendendo a múltiplas questões que podem servir de desincentivo.

Algumas potências regionais podem achar a sua liderança onerosa demais e desproporcional a seus objetivos, tornando assim a liderança do bloco ou do regime regional pouco atraente para a sua política. Neste sentido, alguns Estados, com poder maior em relação aos seus pares, podem não deixar de participar no aparato político da região, contudo demonstrando sinais claros de relutância para se tomar a dianteira na consolidação do processo

de integração regional. Para este caso, alguns analistas apontam para a participação e atuação do Brasil no Mercosul como exemplo claro, bem como a própria África do Sul na SADC (Mesquita, 2019).

Ademais, Mattli (1991) sustenta que nem sempre o bom desempenho económico gera maior vontade por parte de um Estado de participar de espaços de cooperação multilateral, nem tampouco constituem motivações suficientes para um Estado assumir a liderança de determinado bloco regional. Pelo contrário, na visão do autor, a prosperidade económica pode influenciar negativamente a vontade de um Estado participar dos blocos regionais. Ou seja, a tendência é que os Estados quando se encontram em cenário económico favoráveis, rejeitem ou apresentem pouco compromisso com os blocos regionais. Porém, em cenário contrário é que se nota maior vontade de cooperar em organismos regionais como forma de reverter o ambiente interno desfavorável.

Analisando criticamente os pressupostos da estabilidade hegemónica, alguns autores não olham substancialmente na existência de uma potência hegemônica como a garantia para o sucesso dos arranjos institucionais de escopo regional, considerando o processo muito complexo e complementar para que se entregue as funções essenciais ao harmonioso funcionamento do bloco aos interesses de um único Estado. Neste contexto, seria necessário que a participação e poder da maioria dos Estados-membros fosse forte o suficiente para assegurar, desta maneira, o real cumprimento das medidas necessárias à eficiência do bloco.

Portanto, para análise do papel das empresas sul-africanas na política regional da SADC, partimos do pressuposto de que o poderio económico desta nação teria um impacto significativos para os desafios que a região enfrenta no tocante às debilidades do sector económico, como medida para potencializar a união aduaneira e para o bloco atingir níveis superiores de integração como o mercado comum na região que pode contribuir para a complementaridade das economias da região. Contudo, o estudo detalhado desta possibilidade bem como os moldes da real atuação do sector empresarial da África do Sul na SADC serão aprofundados no capítulo seguinte.

3.3 O NÍVEL DOMÉSTICO NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

O processo de integração regional é um fenômeno indissociável da política externa dos Estados que, movidos pelos interesses nacionais ou interesses coletivos relevantes, decidem colocar em pauta de política pública a adesão aos arranjos de cooperação regional. Neste contexto, é importante fazer uma breve exposição teórica sobre os principais temas de debate

na literatura acadêmica em torno da formulação de política externa dos Estados, como meio de conceder maior abrangência teórica no objeto de pesquisa do presente trabalho.

O estudo da política externa em suas diversas etapas constitui um campo recente nas Relações Internacionais e tem sido um objeto de discussões recorrentes nas principais correntes teóricas. Com efeito, a possibilidade de antever o comportamento dos Estados no plano internacional é de longe um requisito teórico amplamente disputado entre atores como forma de conceder maior credibilidade e cientificidade às suas próprias teorias. Para além de as teorias principais concederem também elevada importância para o processo de tomada de decisão em política externa dos Estados, reconhecendo assim as motivações, os atores que interagem e expectativas esperadas.

O neorrealismo de Waltz (1979) aparece como uma variante realista na análise de política externa que direciona sua atenção para o conjunto das políticas externas dos Estados no plano internacional, a despeito das nuances domésticas com implicações diretas sobre a formulação da política externa dos Estados. Dito de outra maneira, o neorrealismo está mais preocupado com a aplicação da política externa dos Estados no Sistema Internacional do que com o processo doméstico que influencia a política dos governos no plano externo. (Salmon; Pinheiros, 2013, p. 43)

Em contraponto, impulsionado pelos estudos de Moravcsik (1997), a teoria liberal adota um modelo mais abrangente em relação ao neorrealismo, trazendo para a análise de política externa a importância de atores domésticos com poder de influenciar a tomada de decisão dos governos. De facto, o liberalismo toma em conta o papel que grupos sociais, classe empresarial, e outros atores privados desempenham na formulação da política externa de um Estado, bem como seu poder de influenciar o comportamento dos países no plano internacional. Com efeito, para a análise de política externa na abordagem liberal, os Estados constituem apenas um subgrupo no conjunto de atores que atuam na projeção da política externa de um Estado (Neto, 2012, p. 22).

A contribuição realista aponta para uma análise mais estrutural e pouco doméstica no quadro da formulação da política externa pelos Estados, relegando ao plano interno uma posição secundária para uma análise da inserção internacional de uma nação. Neste contexto, esta abordagem apresenta poucos reflexos para o presente estudo, na medida em que o foco do referido estudo está voltado para atores privados, e sua capacidade de influenciar os Estados em direção a uma política externa que lhes seja favorável. Desta maneira, o liberalismo, por sua vez, fornece instrumentos analíticos relevantes para esta discussão pela conformidade com o objeto de pesquisa. A percepção do modo como o grupo empresarial sul-africano se posiciona

em relação ao Governo local, demonstrando seu poder de influência e coalizão com outros subgrupos internos de modo a exercer influência sobre determinados pontos da agenda quer do Estado como de órgãos regionais constitui um panorama relevante para o presente estudo, para o qual o liberalismo apresenta elementos valiosos para a análise.

O setor privado empresarial da África do Sul é um subgrupo nacional com potencial evidente para influenciar a direção da política externa do país, tal como pretende-se evidenciar nos próximos capítulos, sendo por consequência um ator relevante para análise da atuação do Estado sul-africano em relação ao bloco, bem como do bloco em si em relação às políticas dentro da região que tenham efeito sobre a classe empresarial sul-africana.

Portanto, a teoria da Estabilidade Hegemônica nos fornece elementos teóricos para perceber a relevância da atuação de um Estado “poderoso” dentro de um bloco, bem como o potencial de contribuição que este Estado detém em relação à performance do bloco em matéria de consolidação dos arranjos. Por outro lado, a análise da atuação do setor privado sobre a política externa de um Estado é um elemento relevante para embasar a experiência sul-africana nas abordagens teóricas, como forma de evidenciar o papel que as empresas possam desempenhar na projeção da política externa do Estado sul-africano, em particular, em relação a seus pares.

4 CAPÍTULO III - ATUAÇÃO DAS EMPRESAS SUL AFRICANAS NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

4.1 A BUSINESS UNITY SOUTH AFRICA (BUSA)

As associações empresariais constituem um factor imprescindível para a análise da atuação do sector privado empresarial pela relevância da atuação conjunta desses atores que, estando organizados sob o mesmo emblema, apresentam características similares e permitem obter maior informação sobre a classe empresarial a partir de uma atuação mais homogénea e melhor localizada. Assim, na África do Sul se pode observar melhor a atuação do sector empresarial privado, por meio do estudo da atuação conjunta das grandes corporações em relação ao mercado nacional, regional bem como sua interação com o Governo local e com a SADC.

A *Business Unity South Africa* (BUSA) constitui a maior e mais importante organização do setor privado empresarial da África do Sul, reunindo grandes corporações com sede no país, as principais multinacionais do continente, câmaras de negócios com outros países, associações de pequenas e médias empresas, bem como outras associações empresariais de menor escopo. (BUSA, 2023; Mthombeni, 2006)

A BUSA possui uma estrutura organizacional centrada em 3 comitês de política especializada, a saber, o Comité Permanente de Energia e Meio Ambiente, o Comité Permanente de Política Económica e Comercial e, por fim, o Comité Permanente de Política Social. Os três comitês constituem os motores de toda engrenagem da federação, sendo responsável pelas principais políticas que orientam a BUSA, atribuindo e cessando os mandatos dos cargos principais, criando as principais estratégias e realizando balanço da atuação da federação (BUSA, 2025).

O Conselho Executivo constitui um órgão central na gestão dos comitês, sendo formado por CEO 's indicados por cada categoria de membros representados nos 3 comitês. Com efeito, o Conselho Executivo é responsável por apresentar resultados, propostas e outras medidas aos comitês, sendo um órgão importante na tomada de decisão e na aplicação das medidas elaboradas pelos comitês. (*Idem*, 2025)

Enquanto principal associação empresarial sul africana, a BUSA participa regularmente de fóruns com o Governo da África do Sul, defendendo os interesses da classe empresarial, bem como coordenando com este ator estatal políticas económicas que sejam de interesse de ambos. Assim, a BUSA representa a classe empresarial no **NEDLAC** (Conselho Nacional de

Desenvolvimento Económico e do Trabalho), órgão que reúne sindicatos, empresas e governo para discutir políticas afetas aos três antes de serem apresentadas ao parlamento, ou seja, constitui um espaço de diálogo entre Estado, trabalhadores e empresas (BUSA, 2023).

Para além de estar em diálogo constante com o Governo sul-africano, a BUSA representa o corpo empresarial sul-africano em eventos regionais como a *SADC Private Sector Fórum*, que constitui o principal arranjo empresarial do sector privado na SADC, fazendo um diálogo com atores Estatais dentro da região; por outro lado, a BUSA representa ainda os interesses da classe empresarial sul-africana na *Business Africa*, assim como em organização de níveis internacionais como no G20, OIT, *Business at OECD*, BRICS Mais, e ainda em cooperações bilaterais do Estado sul-africano com outros Estados (BUSA, 2025).

Portanto, a BUSA constitui um elemento imprescindível para o estudo da atuação das empresas sul africanas, pois a partir dela e da sua influência nos atores estatais, será possível analisar melhor o papel das principais corporações sul africanas atuando nos diferentes países da região da SADC.

4.2 OS INVESTIMENTOS DA SASOL EM MOÇAMBIQUE

A Sasol é um grupo empresarial sul-africano que atua no setor de produção, distribuição e comercialização de produtos químicos, tendo sua atividade fortemente orientada para a exploração de combustíveis fósseis. A multinacional sul-africana atua em mais de 20 países distintos, sendo um grupo empresarial composto por várias subsidiárias em diferentes locais, sendo portanto considerada como uma empresa gigante do setor petroquímico. (Sasol, 2025)

Entre os principais objetivos do grupo Sasol consta necessariamente o da produção de energia para alimentar os projetos estabelecidos com seus parceiros comerciais, quer dentro do território sul-africano quer fora dele. Neste contexto, a Sasol desenvolve projetos de exploração de combustíveis fósseis como petróleo, gás natural ou carvão, para além de outros produtos químicos necessários para abastecer centros urbanos ou econômicos. E ainda, é responsável por vários centros de distribuição e comercialização de produtos do setor petroquímico, fazendo dela um grupo empresarial multifacetado e com inúmeros parceiros comerciais.

Moçambique é um país vizinho da África do Sul que produz combustíveis fósseis, e com um enorme potencial para aumentar a sua produção cada vez mais. Neste contexto, como forma de fornecer energia para a África do Sul, um país com alta demanda para sustentar os polos econômicos, e para onde, diferentes fontes de energia são necessárias para sustentar o nível de atividade económica cada vez maior; a Sasol desenvolve projetos de extração neste

país vizinho com plataforma onshore e, mormente, offshore, bem como desenvolve um conjunto de plantas de apoio logístico como forma de facilitar o transporte dos recursos energéticos produzidos. (Sasol, 2021)

Em 2000 o Governo moçambicano e a multinacional sul-africana SASOL celebraram um contrato de exploração de combustíveis fósseis no país, calcado na extração de petróleo e gás natural que seriam transportados por oleodutos e gasodutos para a África do Sul. O projeto de exploração mineira foi implementado na província de Inhambane, no sul do país, dada a proximidade com a África do Sul, constituindo uma fonte importante de gás natural para a central de processamento de combustíveis na África do Sul, onde o produto é condensado e processado para a posterior venda (Abdulahé, 2011; Sasol, 2025).

O Acordo de Produção de Petróleo (PPA) envolveu diferentes partes na exploração de combustíveis fósseis em Inhambane. Com maior participação, a Sasol Petroleum Temane (SPT), empresa do grupo SASOL, detém 70% do projecto, enquanto a concessionária moçambicana, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), através da sua subsidiária, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos detém 25% do projeto, ficando o resto da participação sob o controle da International Finance Corporation, IFC (5%). (CIP, 2017, p. 7)

Dentro dos pressupostos do acordo celebrado em 2000, a produção se iniciaria quatro anos depois, no qual a empresa Sasol Petroleum Temane (SPT) ficou responsável pela venda do gás explorado tanto para o mercado interno moçambicano quanto para o mercado exterior, mais precisamente o sul-africano, enquanto o principal comprador foi a Sasol Oil Ltd., com sede em Secunda, na África do Sul, onde há uma plataforma da indústria petroquímica responsável pelo processamento, distribuição e venda de produtos do setor. (Sasol, 2021).

Apesar da venda e compra de gás estarem associadas a empresas do mesmo grupo, as receitas do Governo Moçambicano envolviam lucros sobre Royalties (de 5%), arrecadação tributária por meio do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) de 35%, e ainda, incluíam a renda sobre os dividendos da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos. (CIP, 2017). Desta maneira, o Governo local estava sujeito a obter rendimento de diversas fontes, reforçando a crença da alta tributação que o Estado iria auferir com o projeto de exploração do gás no país. Por meio do recebimento dos *royalties* o Governo moçambicano teria um ganho financeiro proporcional ao volume produzido, estando diretamente vinculado à exploração dos recursos locais. Por outro lado, o IRPC concedeu ao Governo a capacidade de tributar os dividendos que as empresas vinculadas ao projeto iriam usufruir por meio dos lucros que a exploração proporciona ao grupo de accionistas. Por fim, dada a participação da empresa

pública ENH na estrutura accionista dentro do PPA, o Governo teria rendimentos diretos por meio de recebimento do lucro proporcional à sua ação no projeto.

Como se verificou, a exploração de gás natural nos projetos de Pande e Temane levantou uma série de contestações por parte de organizações da sociedade civil, da comunidade local e de órgãos públicos de Moçambique que passaram a enxergar criticamente os efeitos da atuação do Acordo de Produção de Petróleo tanto na comunidade local quanto para o país como um todo em relação aos ganhos reais da gigante sul-africana durante um período de mais de uma década de exploração.

Em um relatório publicado em 2013 pelo Centro de Integridade Pública (CIP), uma ONG sediada em Moçambique, é apresentado uma série de acusações à SASOL, demonstrando como ao longo de quase uma década a multinacional sul-africana tem sido extremamente beneficiada com os projetos em Inhambane, deixando a população local, e o Governo Moçambicano fora dos enormes ganhos que a exploração de gás na região proporcionou à empresa. (CIP, 2013 *apud* CIP, 2017)

Um dos principais pontos apontados como factor de subaproveitamento do PPA por parte do Governo moçambicano é justamente a baixa receita tributária que o projeto gerou aos cofres públicos comparado ao que se esperava, bem como às receitas que a Sasol tem obtido por meio da comercialização do gás na África do Sul e nos mercados internacionais.

De 2004 a 2014, o projecto Pande-Temane gerou receitas totais para o Estado no valor de US\$141,85 milhões, isto é, passados dez anos o país arrecadou apenas 7,09% dos US\$2 bilhões de receitas projectados pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) e Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA) para os 25 anos de duração do projecto. Após os primeiros dez anos de exploração, as receitas arrecadadas pelo Estado registaram crescimento médio anual de 35,3%, passando de US\$46,25 milhões em 2014 para US\$78.91 milhões e US\$78,97 milhões em 2015 e 2016, respectivamente. O aumento foi considerável relativamente aos primeiros 10 anos de exploração, no entanto, em termos gerais (de 2004 a 2016) não atingiu as expectativas dos 18 US\$50 milhões de receitas médias anuais previstos pelo FMI, situando-se em US\$22,9 milhões (valor médio anual de 2004 a 2014). (CIP, 2017, p. 17)

Com efeito, o relatório produzido pelo CIP sugere assim que a baixa arrecadação tributária seja um efeito direto do preço de transferência que é praticado pelas empresas do grupo Sasol de tal modo que, por meio de venda barata, a Sasol Oil ltd consegue obter o gás extraído nos projetos de Temane e Pande com um valor abaixo do que é praticado nos mercados internacionais, favorecendo, desta maneira, excessivamente a empresa em detrimento do Governo moçambicano, que teria maior margem tributária caso a venda do gás fosse feita com base em preços competitivos.

A par da baixa arrecadação do Governo moçambicano com o PPA, ainda se levantam questionamentos em torno das promessas de desenvolvimento local que a extração de gás iria proporcionar. Para Whittles (2017) apesar de alguns esforços para melhoria das condições de vida da população local por parte da Sasol, existem problemas estruturais que afetam a população local em que a exploração do gás naquelas comunidades pouco tem contribuído para o seu desenvolvimento. Neste contexto, a habitação das populações locais continua apresentando condições precárias, para além de a comunidade continuar dependendo de fontes de água com condições sanitárias deploráveis. E o principal desafio que se coloca é a baixa empregabilidade da população local em relação às unidades produtivas instaladas em Inhambane, em que se regista maior presença estrangeira de trabalhadores em relação aos nacionais. (Conceição, 2021; Chirute, 2024)

O projeto de exploração de gás natural em Inhambane se mostra como uma fonte de energia importante para África do Sul, dado que mais da metade do gás é vendido para o país, tendo a Eskom, principal empresa pública de energias do país, como principal compradora. Assim, o gás natural que é levado à África do Sul por meio dos gasodutos ROMCOM é fundamental para suprimir a alta demanda de energia do setor industrial do mercado sul-africano, sendo portanto uma medida facilitadora das iniciativas do Governo sul-africano que visam lidar com problemas de transporte e fornecimento de energia no país. (Sasol, 2021; BUSA, 2024; SADC, 2012).

Por outro lado, o projeto de Temane e Pande contribui diretamente para o alcance das metas de aumento da produção e melhoria da cooperação energética na região, como parte da implementação das estratégias do Protocolo sobre Energia (SADC, 1996), constituindo, dessa maneira, a atuação da Sasol um passo em direção aos objetivos de autonomia energética na região. Contudo, sua atuação não deixa de ser uma medida que beneficia sobretudo às necessidades energéticas da África do Sul, reforçando ainda a prevalência dos interesses nacionais em detrimento do benefício mútuo que se espera das parcerias público-privadas no quadro da integração regional.

4.3 O DOMÍNIO DA MTN GROUP NO MERCADO ZAMBIANO

A MTN Group Limited é um grupo empresarial sul-africano fundado em 1994 em Joanesburgo no contexto da ascensão da democracia na política do país. O grupo atua no setor das telecomunicações, desenvolvendo atividades em áreas de construção de plataforma de apoio a redes móveis, difusão de serviços operacionais, bem como a manutenção de redes de

telecomunicações. Entre suas principais operações comerciais estão a venda de equipamentos eletrônicos, fintechs, fornecimento de internet e outros serviços digitais. (MTN, 2024)

A MTN é hoje reconhecida como a maior empresa do ramo das telecomunicações em África, abrangendo cerca de 20 mercados diferentes, com sucursais fora da África, em Ásia e no Médio-Oriente, estendendo os seus serviços para cerca de 290 milhões de subscritores segundo os dados do último registo no ano passado. Assim, a MTN se reafirma enquanto uma empresa líder no setor em África, com um valor de mercado em torno de USD 9 bilhões (MTN, 2024)

A empresa entrou no mercado zambiano em 2004, e rapidamente se tornou uma entidade de referência no franco mercado zambiano. De facto, os serviços digitais oferecidos pela MTN permitiu à grande maioria da população daquele país ter acesso a serviços inovadores e em expansão no mundo todo, como a telefonia móvel, internet, bem como plataforma de rede que permitiram aproximar zonas rurais das zonas urbanas, para além de proporcionar inúmeros benefícios ao país. (MTN, 2025).

Desta forma, a multinacional sul-africana conquistou uma participação de mercado majoritária, vencendo a concorrência, bem como detendo vantagens competitivas no mercado pela dimensão tecnológica sofisticada dos serviços oferecidos em relação à concorrência (Imenda; Mpundu, 2025). Neste contexto, a MTN foi responsável por levar inovações marcantes no setor das telecomunicações, como a implantação de rede 4G e 5G, permitindo maior fluidez dos serviços de dados e telefonia móvel, para além de conceder maior fluidez aos serviços digitais por todo país.

Em 2012 o MTN Group havia anunciado a implementação dos serviços financeiros em sua rede de telefonia móvel em toda Zâmbia por meio do projeto MTN mobile Money que, depois do sucesso do projeto em outros mercados, foi então levado também a atuar na Zâmbia. Através do MTN Mobile Money os serviços financeiros, como transação e depósitos de valores, foi possível ser realizado por meio dos clientes da operadora MTN que puderam estar incluídos em operações bancárias por meio da conta de telefone, atendendo a parceria que a MTN firmou com o banco local Bancabc e o Banco da Zâmbia.(MTN, 2012)

Desta maneira, os serviços da MTN mobile money serviram como uma medida impulsionadora para a inclusão financeira na Zâmbia, um país onde a população com acesso à serviços bancários tem vindo a crescer consideravelmente: apenas 23% dos adultos zambianos tinham acesso à serviços bancários até 2009, no entanto, em 2024, esse valor passou para cerca de 75% (Banco Mundial, 2017; 2025). Os dados revelam a tendência crescente do acesso aos serviços bancários no país, para a qual a MTN tem contribuído paralelamente a outras medidas

do Governo local. Com efeito, a medida implementada pelo grupo MTN, para além de incrementar novos postos de trabalhos com novas agências instauradas por todo país, também serviu de medida de inserção da população local em serviços financeiros de forma prática e inclusiva.

No entanto, há um conjunto de preocupações que se levantam no plano interno do mercado zambiano quanto ao elevado destaque da empresa estrangeira sul-africana em relação às empresas nacionais. Neste contexto, a falta de competitividade da empresa nacional Zamtel (Zambia Telecommunication Company) se torna um elemento crítico no quadro da atuação da MTN Zambia no mercado nacional, pondo em causa a continuidade efetiva das atividades da principal empresa estatal do setor das telecomunicações.

A Zamtel é uma empresa pública pioneira nas telecomunicações na Zâmbia, operando no país desde 1913 oferecendo serviços de telefonia móvel, fibra óptica, internet e outros (Zamtel, 2024). Todavia, a entrada da operadora sul-africana MTN Zambia no mercado nacional representou um afrouxamento da performance da empresa nacional tanto em termos de receita quanto em participação no mercado.

A Zamtel já estava presente na indústria de telecomunicações na Zâmbia muito antes da MTN entrar no mercado em 2005. No entanto, parece que a Zamtel não conseguiu tirar vantagem da sua posição pioneira. Contudo, isso pode ser entendido dado que a MTN tem maior experiência, *expertise* tecnológica e um histórico de gestão comprovado no setor. A MTN tem maior acesso à capital humano e *expertise* em todo o mundo que a Zamtel enquanto uma Empresa Estatal. A Zamtel tem perdido na disputa por domínio das tecnologias e tem sido incapaz de atrair novos clientes, por outro lado a MTN tem mantido uma posição de liderança no mercado já há algum tempo (Phiri; Mpundu, 2025, p. 17, tradução nossa¹)

O domínio do mercado nacional zambiano pela MTN representa uma preocupação, na medida em que pode pôr em causa a competitividade das empresas nacionais, levando a não resistir no mercado, aumentando o risco de outros problemas, como os relacionados à inovação interna do mercado, a empregabilidade dos trabalhadores locais ou a fuga de capital. Não obstante, para Phiri e Mpundu (2025) existem um conjunto de fatores que contribuem para o sucesso da MTN Zambia e relativo afrouxamento da participação da Zamtel no mercado nacional, entre os quais, a falta de inovação e a baixa qualificação dos trabalhadores nacionais.

¹ No original: “Zamtel has been in the telecommunications industry in Zambia way before MTN came on the scene in 2005. However, it seems Zamtel was unable to take advantage of being the first mover. However, this could be understood because MTN comes with more experience, technological expertise, and a proven manager in the industry. MTN has access to human capital and expertise across the world that Zamtel would not have as an SOE. Zamtel has been lagging behind in most technologies and, hence, unable to attract new customers, while MTN has maintained its position as a market leader for a long time”

Assim, a empresa pública possui uma fraca capacidade de inovação ao longo dos anos, não tirando vantagem de sua posição dianteira no mercado nacional, e permitiu que empresas como a MTN, com elevado grau de inovação, pudessem entrar no mercado zambiano e trazer consigo inovações até então não existentes no mercado nacional. Por outro lado, dada ao vasto mercado onde o grupo MTN atua, a empresa consegue obter trabalhadores mais experientes e mais qualificados, sendo portanto uma vantagem comparativa a empresas nacionais com recursos limitados para poder atrair também trabalhadores com alta qualificação. Com efeito, estes fatores influenciam diretamente na qualidade dos serviços que são oferecidos pelas empresas, bem como afetam a capacidade de inovação nos serviços ofertados.

A atuação da MTN group no mercado zambiano está intimamente ligada com os propósitos da SADC sobre tecnologia de informação e comunicação na região, consagradas sobretudo na Estratégia de Transformação Digital da SADC e Plano de Acção, bem como com os planos de longo prazo do organismo multilateral como o próprio Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), onde os objetivos, metas e compromissos dos órgãos públicos com o desenvolvimento da região por meio da transformação digital são levantados como pautas necessárias no plano de desenvolvimento socioeconómico da região.

Neste contexto, Estratégia de Transformação Digital da SADC e Plano de Acção, reconhecendo as enormes dificuldades estruturais que a região enfrenta no quesito da difusão do uso das TICs para impulsionar o desenvolvimento pleno da região, prevê como medida a ser adotada a colaboração do setor público com o privado na prossecução de políticas que visam ampliar a capacidade de cobertura da banda larga em todo território regional, o aumento do percentual da população dos Estados membros com acesso à internet e serviços móveis, a instalação cada vez maior de plataformas de apoio à serviços digitais como forma de potencializar o acesso às tecnologias de informações, entre outras medidas necessárias ao desenvolvimento tecnológico dos Estados Membros. (SADC; UE, 2022)

Portanto, a expansão das atividades do grupo MTN no mercado regional da SADC constitui um avanço nessa direção do incremento da inclusão digital na região, contribuindo para que as metas de desenvolvimento tecnológico nos Estados Membros possam ser alcançadas, apesar das implicações negativas que esta atuação possa implicar em certos mercados. No entanto, o relativo capital tecnológico que a multinacional sul-africana pode proporcionar nos mercados em que atua é seguramente um contributo para que os desafios de inclusão digital na região e acesso à serviços de telecomunicações possam ser subvertidos por meio da oferta de um conjunto de medidas que ajudam a constituir bases necessárias para o desenvolvimento digital da região.

4.4 A ASPEN PHARMACARE NA TANZÂNIA

A Aspen Pharmacare Holding Limited é um grupo empresarial sul-africano, registrado na bolsa de Joanesburgo, que atua há mais de 170 anos no setor da indústria farmacêutica no mundo todo. A empresa é qualificada como uma multinacional atingindo mercados competitivos e em expansão na África, sendo a maior empresa do ramo no continente, na Europa, América, Ásia e Oceania. (Aspen Pharmacare, 2025)

A gigante sul-africana opera em mais de 50 países oferecendo serviços em área comercial e fabril. Neste contexto, a Aspen Pharmacare atua como entidade distribuidoras de produtos farmacêuticos de marcas nacionais e internacionais pelos diferentes mercados onde atua, como também constitui suas próprias unidades fabris com capacidade de produção de produtos com patente pós-venda, integrando uma vasta cadeia de produção, distribuição e consumo em parcerias com hospitais públicos, clínicas e laboratórios de desenvolvimento de pesquisas e inovações. (*Idem*, 2025)

Na Tanzânia a Aspen Pharmacare começou atuando desde a aquisição da empresa local Shelys Group, se tornando sua subsidiária em 2008. A Shelys Group é uma empresa sediada em Dar Es Lama com atividades no ramo farmacêutico, atuando como produtora e distribuidora de produtos do setor em amplo mercado da África Central e Oriental, onde se destaca como uma das maiores empresas na produção e venda de produtos líquidos, sólidos e cápsulas de combate a doenças maláricas, e outras doenças comuns na região. No último relatório publicado, 2025, sua capacidade de produção anual estava avaliada em 1 bilhão de comprimidos, 60 milhões de cápsulas, 15 toneladas de semissólidos, 1.500 mil litros de líquidos e 8 milhões de sachês (Aspen, 2025).

A aquisição da Sheyles Group pela Aspen Pharmacare representou a continuidade da produção de diferentes fármacos, garantindo assim o abastecimento do mercado local com bens que são de alta demanda. Por outro lado, a intervenção da Aspen Pharmacare na Tanzânia permitiu que este grupo empresarial trouxesse consigo suas inovações, experiências e know-how para o mercado interno, contribuindo para o aumento da produção interna, bem como pelas receitas da empresa.(Aspen Pharmacare, 2017)

Para Mhamba e Mbirigenda (2010), a entrada da Aspen Pharmacare no mercado da África Oriental, permitiu que novas marcas, próprias da Aspen Pharmacare, como patentes adquiridas, circulassem no novo mercado, garantindo deste jeito maior fluxo de manufaturados e com maior diversidade de produtos. Essa iniciativa permitiu também à Aspen Pharmacare

obter maior volume de receitas, como acesso a novas linhas de financiamento para atender a nova expansão do mercado.

Apesar da expansão das atividades produtivas da Shelys Group, uma das principais preocupações que se levanta quanto a atuação da empresa é sua política comercial e estratégia de distribuição dos seus serviços. A política comercial da Shelys tem sido fortemente criticada pela ausência de medidas concretas que possam atender a necessidade do mercado interno caracterizado por um alto número de consumidores de baixa renda. A Shelys group está pouco alinhada com as necessidades dessa camada da população tanzaniana, representando assim um impedimento para que os mais desfavorecidos tenham acesso aos medicamentos para os serviços de saúde em um país em que o Governo local enfrenta muitos constrangimentos na oferta de hospitais, medicamentos e assistência em geral. (Mhamba; Mbirigenda, 2010, p. 15)

Assim, a garantia de políticas de preços acessíveis constitui uma medida urgente para garantir que consumidores mais desfavorecidos consigam ter acesso aos medicamentos comercializados no mercado, para que estes não sejam excluídos no consumo de bens necessários à garantia da saúde plena. Todavia, elementos estruturais são apontados ainda como factores determinantes para o alto custo dos produtos vendidos pela Shelys group na Tanzânia, sobretudo a falta de infraestruturas de apoio à produção e a escassez de mão-de-obra qualificada tornam os custos de produção ainda mais altos, dificultando por consequência a viabilidade dos preços finais (idem, p.16).

Por outro lado, a distribuição dos serviços constitui um problema ainda no quadro da atuação da Shelys no mercado tanzaniano. Com efeito, essa dificuldade se regista sobretudo quando se constata altas discrepâncias no fornecimento dos serviços entre as zonas urbanas e as rurais, onde estas últimas tendem a apresentar menor oferta, constituindo assim um grande desafio para a inclusão de comunidades remotas ao acesso de produtos farmacêuticos (Mackintosh *et al.*, 2017)

Outro factor importante para a baixa disponibilidade de produtos farmacêuticos para a maioria da população é justamente a reorientação da produção para exportação que tem vindo a ocorrer na política comercial da Shelys, onde dados históricos de 2010 sugerem que cerca de 41% dos produtos produzidos localmente pela Aspa Pharmacare na Tanzânia eram exportados para mercados vizinhos como para o Uganda, República Democrática do Congo, Etiópia e outros países. (Mhamba; Mbirigenda, 2010, p. 12)

Desta maneira, apesar de não satisfazer a procura interna pelos produtos farmacêuticos, a Shelys encontrou no mercado externo uma medida de escoamento dos produtos que internamente podem não ser absorvidos pelo mercado. Essa reorientação da produção interna

levanta preocupações sobre a real utilidade da produção interna e os impactos positivos que se esperam do aumento da produção da referida empresa.

A inserção da Aspen Pharmacare no mercado tanzaniano, representando o aumento da oferta dos serviços de saúde e maior volume de medicamentos aos consumidores locais, constitui uma medida que dialoga estreitamente com políticas e compromissos regionais promovidos e incentivados pelos Estados-Membros da SADC, por meio de instrumentos de política regional como o Quadro de Políticas de Saúde, O Protocolo da SADC sobre Saúde e o mais alto instrumento de planejamento de desenvolvimento da região, a saber, o Plano Estratégico Indicativo Regional de Desenvolvimento da SADC.

Estes instrumentos de planejamento político da região postulam a cooperação e coordenação entre os Estados Membros como forma de potencializar os serviços de saúde oferecidos na região a fim de garantir maior acesso a tais serviços à população, face aos inúmeros desafios que a região enfrenta, como a precários sistemas públicos de saúde, baixa oferta de produtos farmacêuticos de produção local, entre outros desafios. Internamente, as políticas de saúde da SADC orientam que os Estados Membros viabilizem “Sistemas de saúde regionais fortalecidos e harmonizados para a prestação de serviços de saúde padronizados e acessíveis a todos os cidadãos e ameaças causadas por pandemias de saúde abordadas” (SADC, 2020, p. 53).

Assim, diante das inúmeras dificuldades que os Estados apresentam internamente, o setor privado aparece como aliado, contribuindo para a manutenção de serviços essenciais e o fornecimento de medicamentos para a demanda interna, em um cenário em que o setor público, no caso tanzaniano, apresenta inúmeras restrições ao fornecimento de produtos farmacêuticos, apesar dos constrangimentos que a precificação em si representa para o mercado.

A Autoridade de Medicamentos e Dispositivos Médicos da Tanzânia (TMDA), órgão executivo do Ministério da Saúde da Tanzânia, é uma agência nacional que procura estimular a produção de medicamentos internamente como forma de promover maior acesso da população local à produtos farmacêuticos, constituindo assim uma medida do Governo para lidar com os desafios de saúde pública no país. Neste contexto, no âmbito da promoção da produção local, a TMDA cria um conjunto de políticas de estímulo aos produtores locais, e de atração de investimento estrangeiro para o país. Ora, é justamente sob as políticas da TMDA que a Shelys tem operado no mercado tanzaniano aparecendo como um dos produtores locais que tem sido apoiado pelo Governo local a produzir internamente por meio de política como isenção tributária em certos produtos, isenção de taxas na importação de matérias-primas, e outros benefícios. (TMDA, 2025)

Portanto, a Shelys Group constitui um fator essencial na mitigação dos problemas estruturais de saúde que existem na Tanzânia, representando uma forte alternativa privada para garantir o acesso a produtos de alta demanda interna, como os produtos de combate à malária, HIV e outras DST's, doenças comuns na Tanzânia cujos produtos de combate são amplamente procurados.

4.5 A SHOPRITE HOLDINGS EM ANGOLA

A Shoprite Holdings é uma multinacional sul-africana com sede em Cape Town, fundada em 1979 por empresários locais. A empresa é a maior e mais rentável multinacional africana que opera no setor de varejo. A Shoprite Holdings desenvolve operações em áreas como venda a retalho de produtos alimentares, móveis, produtos farmacêuticos, hospitalares, telefonia móvel, comércio digital e serviços financeiros. O grupo controla empresas proeminentes na África como a “Ok Furniture”, “Usave”, “Checkers”, entre outras. (Shoprite Holdings, 2025)

Com presença em mais de 13 países diferentes em todo continente, a Shoprite Holding se consolida como líder no mercado africano no setor de varejo, com resultados financeiros e sociais salutarres diante da concorrência. No último ano, o grupo obteve um volume de negócio anual avaliado em R240.7 bilhões em rand sul-africano (cerca de USD 14 bilhões), para além de ter criado 6490 novos postos de trabalhos nas suas 3478 unidades comerciais, alcançando cerca de 33,7 milhões de clientes em diferentes mercados.(Shoprite Holding, 2024)

Em 2003 a Shoprite Holdings começou a operar no mercado angolano, abrindo sua sucursal no país, a Shoprite Angola, sendo uma das pioneiras no mercado angolano do comércio em varejo. Desde então, a empresa tem vindo a implementar melhorias no fornecimento dos seus serviços em Angola, como também tem enfrentando inúmeros desafios conforme a realidade econômica do país vai mudando.

A Shoprite Angola tem sido uma empresa com altos padrões de inovação nos diferentes serviços oferecidos ao mercado angolano, para além de ter um impacto direto na criação de empregos formais, bem como criando empregos indiretos pela relação que estabelece com fornecedores locais. Desde o início da pandemia, o maior nível de empregabilidade da shoprite tem oscilado bastante, no entanto, mantendo números satisfatórios, como o registado em 2021, cerca de 6000 trabalhadores empregados, dos quais estima-se que mais da metade sejam jovens (Ngunga; Vieira, 2025, p. 206).

Este facto contribui diretamente no impacto dos dados estatísticos de Angola, onde existe uma grande parcela da juventude desempregada e em situação de informalidade (54,3% dos jovens angolanos se encontram em situação de desemprego até o primeiro trimestre de 2025) (INE, 2025). Neste contexto, a atuação da Shoprite é uma medida mitigadora do alto desemprego no país, assim como suas políticas de inovação contribuem de diferentes formas para a capacitação dos jovens empregados. Ngunga e Vieira (2025, p. 207) apontam que a Shoprite é uma empresa de referência nos níveis de inovação, de tal forma que seus investimentos na melhoria do serviço prestado tem impacto direto nos funcionários da empresa, contribuindo para a sua formação e concedendo-lhes maior capacitação nas tarefas executadas. Neste contexto, a implementação pioneira da Shoprite do sistema de *E-learning* em 2014, aliada à implementação inovadora do sistema de gestão como o SAP (Systems Applications and Products), permitiu que os trabalhadores locais fossem capacitados em sistemas mais sofisticados de gestão, para além de terem oportunidade de adquirir novas qualificações por meio da plataforma *E-learning*.

Com efeito, para o mercado angolano, a implementação desses sistemas constitui um avanço proeminente no setor privado bem como na capacitação dos trabalhadores, atendendo que o país apresenta ainda baixos níveis de inovação² e sua força de trabalho ainda apresenta sérios desafios para obter melhores qualificações.

Todavia, a estratégia de negócio de expansão das atividades comerciais da Shoprite foi justamente a de manter total ou maior controle possível de todo processo de cadeia desde a produção até a comercialização final dos produtos (Mkhabela e Nshimbi, 2024, p.54). Assim, a empresa procurou ser responsável pelas diferentes etapas de toda cadeia em que suas atividades estão vinculadas, mantendo produtores locais sob sua esfera, adquirindo participações em empresas de logísticas e distribuição, e finalmente se responsabilizando pela venda dos produtos. Com efeito, esta medida permitiu ao grupo baratear suas operações, reduzindo custos com empresas intermediárias, ao mesmo tempo que permitiu ao grupo obter maior receitas pelos diferentes papéis que suas sucursais desempenham na cadeia de produção e comercialização dos produtos.

Contudo, esta estratégia da Shoprite representou para os mercados fora da África do Sul, em certa medida, maior fluxo de importação de bens e serviços, e baixa procura pelos produtos nacionais. Assim, a linha de abastecimento dos produtos vendidos pela Shoprite são

² Angola ocupa o penúltimo lugar no Índice Global de Inovação publicado este ano pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Disponível em <https://www.wipo.int/gii-ranking/en/angola>

oriundos do mercado interno sul-africano, onde a empresa detém vários fornecedores sob suas sucursais, enquanto produtores locais, acabam sendo deixados de lado, como forma de garantir a continuidade do controle do grupo sob todas as etapas. Com efeito, a produção local acaba sendo desincentivada, por meio da importação cada vez mais crescente de bens e serviços de fornecedores do grupo, promovendo a procura pelos produtos sul-africanos, o que favorece o escoamento dos produtos daquele mercado.

Desta forma, as oscilações macroeconômicas afetam diretamente sobre os preços dos bens e serviços vendidos pelo grupo, atendendo que a importação tem efeito sobre a taxa de câmbio e conseqüentemente na inflação do país, notadamente para Angola onde a moeda é extremamente volátil. Portanto, a estratégia de domínio do processo de produção, distribuição e comercialização dos produtos afeta diretamente na demanda pelos produtos em Angola como tem o potencial de desestimular a produção local em favor dos produtos sul-africanos.

Por outro lado, pondo em evidência a relação positiva da empresa com os objetivos da SADC, a atuação da Shoprite Holding no mercado angolano e demais mercados da região se insere perfeitamente no quadro da política regional da SADC de interligação de mercados, facilitação de comércio intra-regional e consolidação da livre circulação de fluxos de investimentos entre os Estados Membros consagrados no primeiro pilar da estratégia de planejamento da SADC, o RISDP (SADC, 2020)

A Shoprite Holding interliga diretamente o mercado sul-africano ao mercado angolano, por meio de cadeias de produção, distribuição e comercialização de produtos manufaturados, concedendo assim acesso aos consumidores angolanos aos bens produzidos internamente na África do Sul, contribuindo para o aumento do fluxo comercial intra-regional. Por outro lado, a Shoprite Holdings desempenha também um papel relevante na circulação de investimento financeiros nos Estados Membros, na medida em que direciona investimentos nos mercados locais, promovendo inovação, infraestrutura e outros bens necessários à manutenção da atividade comercial nos diferentes mercados.

4.6 IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS SUL-AFRICANAS NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

As empresas sul-africanas representam uma classe relevante na política de integração regional na SADC, pelo alinhamento institucionalizado entre os Estados Membros e o setor privado. Com representações em fóruns regionais, assessoria aos governos locais, influência

nas condicionalidades sociais dos países, as empresas têm o potencial de afetar diretamente o curso das políticas dos seus Estados e os acordos regionais como um todo.

Neste contexto, a atuação das empresas sul-africanas no processo de integração regional na SADC compreende diversas etapas, na medida em que elas representam diferentes atores com os quais as empresas precisam dialogar para assegurar a eficiência de sua política comercial tanto a nível interno quanto externo. Assim, a classe empresarial, antes de mais, se organiza e institucionaliza em uma rede complexa de coordenação com demais atores do mesmo setor ou setores afins, para obter maior consonância na sua atuação, gerando, no caso sul-africano, uma federação empresarial complexa, reunindo associações empresariais unisetoriais, multinacionais e outros grandes grupos empresariais.

Com efeito, a BUSA é uma federação que representa esta conformidade do setor privado empresarial sul-africano, alinhada aos interesses dos grandes grupos empresariais que, por meio de uma atuação articulada, interagem com o Governo local, sindicatos e outros setores sociais, como forma de defender seus interesses e promover maior satisfação aos empresários. Uma vez organizada em uma federação reconhecida, as empresas interagem diretamente com o governo local como forma de articular o poder público com os interesses da classe empresarial. Neste contexto, o Governo se torna um ator fundamental na performance da economia do país na qual o setor privado empresarial detém um papel de alta relevância.

Por fim, o nível regional expressa o maior alcance das empresas sul africanas para nosso estudo, sendo portanto o ponto de referência para o qual a análise da articulação BUSA-Governo deve culminar, como forma de obter maior sustentação de nossa análise.

4.6.1 BUSA e o governo sul-africano

As empresas sul-africanas desempenham um papel crucial na economia do país, sendo responsáveis por setores estratégicos para o funcionamento do mercado interno, e conseqüentemente lidam com atores importantes dentro do país na esfera econômica, nomeadamente os consumidores e o Estado. Enquanto setor privado empresarial responsável pela maioria dos bens e serviços que circulam na economia sul-africana, para além de serem responsáveis pela empregabilidade no país, as empresas desempenham um papel ativo também na formulação da política que afetam direta ou indiretamente o setor empresarial.

As iniciativas dos diferentes setores empresariais representados pela BUSA são apresentadas pelos comités permanentes dentro da estrutura organizacional da BUSA, sendo por conseguinte apresentado pela federação ao governo sul-africano por meio dos canais

institucionais da cooperação público-privada. Por outro lado, as políticas discutidas no NEDLAC constituem objeto de discussão direta também dos comitês da BUSA, representando a defesa dos interesses da classe em políticas de âmbito nacional. A título de exemplo, a participação da BUSA no *Covid Rapid Response Task Team* (RRTT), grupo de trabalho criado pelo NEDLAC para lidar com os desafios da pandemia em 2020, foi fundamental para o funcionamento da economia sul-africana durante a pandemia, daí que contou com alto apoio da BUSA, e representou uma estreita colaboração entre o setor privado e o Governo local na resolução de problemas no país (BUSA, 2020, p. 17).

Em 2024 a BUSA organizou um encontro anual da classe empresarial com demais setores da sociedade, onde o Presidente da República, Cyril Ramaphosa, foi convidado, e no seu discurso reconheceu o papel desta organização empresarial no desenvolvimento local: “Busa builds our economy and society”³. O evento marcou o estreitamento das relações público-privadas no atual Governo, e serviu para consolidar a unidade entre empresários, sindicatos e demais membros da sociedade civil. (Mavuso, 2024)

Nos últimos anos, a parceria mais relevante e institucionalizada pelo Governo de Ramaphosa é a Business for South Africa (B4SA). A B4SA é uma iniciativa que junta o Governo e os mais importantes diretores executivos das mais importantes empresas do país. Por meio dela, o Governo sul-africano reafirmou a parceria público-privada como fundamental para o bom desempenho económico da nação, e sublinhou a importância do setor privado para a resolução dos principais desafios económicos e sociais do país. O B4SA é uma estrutura sob supervisão direta do Presidente Cyril Ramaphosa, enquanto a BUSA desempenha um papel central na execução das medidas dos comitês, isto é, o B4SA constitui atualmente o principal braço de atuação da BUSA na política económica sul-africana nas áreas consagradas (BUSA, 2023, p. 10.)

Por meio da B4SA, a BUSA atua diretamente em setores estratégicos para a economia e sociedade sul-africana enquanto ator privado em estreita articulação com o poder executivo e o parlamento, sugerindo medidas necessárias para lidar com os desafios nas áreas de escopo do B4SA. Neste contexto, o B4SA atua diretamente por meio de 3 comitês estratégicos, a saber, o Comité Nacional de Crises Energéticas (NECOM), o Comité Nacional de Crises Logísticas (NLCC) e a Iniciativa Conjunta em Crimes e Corrupção (JICC). Estes comitês foram criados para que os principais desafios do ambiente de negócio do país fossem superados, sendo, portanto, o principal objetivo da institucionalização do B4SA.

³ Discurso disponível em <https://www.thepresidency.gov.za/address-president-cyril-ramaphosa-annual-general-meeting-business-unity-south-africa-busa>

O NECOM busca a implementação eficaz de reformas do Governo no setor de energia como forma de garantir melhor funcionamento das estruturas de produção interna, distribuição e melhoramento no fornecimento de energia no país, bem como assegurar meios suficientes para a exploração de diferentes fontes de energia. Com efeito, o setor energético é de extrema relevância para atividade industrial, estando assim diretamente ligada com a performance do setor privado empresarial (B4SA, 2025).

Neste contexto, em 2024 a BUSA teve êxito na sua empreitada rumo à reforma no setor energético por meio da aprovação do Projeto de Lei de Emenda à Regulamentação da Eletricidade. Este projeto de lei, aprovado em 2024, permitiu que houvesse reforma na regulamentação de energia, concedendo maior protagonismo às empresas privadas na produção, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia, contribuindo para a modernização do setor energético e concedendo-lhe maior dinamismo em vista a redução das falhas no fornecimento de energia à indústria local. A BUSA teve um papel importante na aprovação, por meio de um apelo constante tanto no Conselho Nacional das Províncias quanto no Parlamento Nacional (Duas câmaras do Poder Legislativo da África do Sul), até a sua promulgação pelo Presidente da República, Cyril Ramaphosa (BUSA, 2024, p. 10)

Por seu turno, o NLCC visa garantir maior fluidez na distribuição de bens e serviços no território nacional, garantindo maior acesso das empresas locais à rede portuária, melhoramento das vias de comunicação, bem como um forte incentivo à construção e aperfeiçoamento das infra-estruturas de apoio ao setor logístico como forma de garantir maior alcance das operações comerciais (B4SA, 2025).

E, por fim, o JICC é um instrumento ativo que permite a Busa, em colaboração com outras associações, atuar diretamente contribuir para o processo de transparência e *compliance* na economia sul-africana, como forma de garantir maior legalidade nas atividades econômicas e combater crimes de lavagem de dinheiro e branqueamento de capital. Dessa forma, a promoção da imagem interna do mercado sul-africano se torna no maior objetivo, a fim de assegurar maior fluxo de investimento no país e confiabilidade nas empresas locais (*idem*).

4.6.2 Setor privado, o governo sul-africano e a SADC

Desde a ascensão da democracia na política sul-africana, com a queda do sistema racista do Apartheid, que os secessivos governos procuraram aplicar uma política de proximidade com os países vizinhos, e com toda região Austral. Em 1994 a África do Sul integra a SADC e junto

dos demais Estados-Membro procura reafirmar sua intenção de desenvolvimento regional por meio de maior articulação política entre os diferentes Estados (Rizzi; Schutz, 2014, p. 14).

Com efeito, os sucessivos governos, depois de Mandela na África do Sul, passaram a ter uma relação estreita com os países da SADC em diversos domínios, sendo visível o interesse sul-africano no estreitamento das relações quer bilateral quer multilateral com demais Estados da mesma região. No entanto, o real compromisso dos governos sul-africanos em relação ao projeto de integração regional tem suscitado debates, e sua atuação em relação aos Estados Membros muitas vezes problematizada.

Segundo Mthombeni (2006, p. 98), os Governos sul-africanos têm olhado para os países vizinhos como parceiros estratégicos muito mais do ponto de vista da cooperação bilateral propriamente dita do que para uma integração profunda. Seguramente, a África do Sul procura manter um laço firme com os países vizinhos sem, no entanto, arcar com os custos de uma integração mais profunda. Neste contexto, Rizzi e Schutz (2014) destacam que a cooperação que a África do Sul mantém com atores importantes fora da região, como a União Europeia, o Brasil, Índia e China produz esse efeito relutante na política externa do país em relação à SADC, por conta da enorme oportunidade econômica e políticas que África do Sul obtém dessa relação com atores externos. Contudo, o potencial deste país em desbloquear os arranjos políticos necessários à efetiva integração regional é um dado consensual pela importância econômica e política deste país na região (Amós, 2010)

Segundo Amós (2010, p. 19) o grande interesse da África do Sul pelos países da região se deve aos seus objetivos comerciais, ou seja, o desejo de obter maior acesso aos mercados dos diferentes países. Assim, setores como a mineração, energia e águas sempre estiveram em relevância para interação com países vizinhos para a África do Sul. De facto, dada a sua indústria mineira relativamente desenvolvida, as necessidades constantes de fornecimento de energia interna, a África do Sul não pôde desvincular-se das interações comerciais com os países da mesma região.

Neste contexto, o setor privado empresarial surge como um aliado importante para o Governo sul-africano, mobilizando recursos, expertise, e todo aparato institucional para garantir o envolvimento direto do capital sul-africano nos mercados vizinhos. Para a BUSA (2024, p. 26), sua principal função junto da SADC e demais órgãos internacionais é de advogar pelos interesses da classe empresarial que representa, em estreita cooperação com outros atores para um ambiente de negócios lucrativos, sustentáveis e que gera crescimento econômico inclusivo para as partes. Desta maneira, a BUSA estabelece diálogo com órgãos regionais tendo em vista a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias na SADC, como forma de garantir maior

acesso aos empresários sul-africanos nos mercados da região, bem como um ambiente de negócios favoráveis para a classe.

Em 2023 a *SADC Private Sector Fórum*⁴ Organizou o Fórum Aduaneiro de Negócios da SADC na África do Sul, nele, a BUSA apareceu como ator relevante na consolidação de canais de interação entre as autoridades aduaneiras dos países da SADC e os atores privados da região. No mesmo fórum, a BUSA defendeu uma política aduaneira facilitadora do comércio entre os países da África Austral, como medida de potencializar o comércio intra-regional e assegurar maior acesso aos atores privados no mercado regional. Assim, a redução das barreiras aduaneiras e maior acesso empresarial aos diferentes mercados esteve entre as principais pautas advogadas pela BUSA como forma de defesa do setor privado e impulso do comércio regional. (BUSA, 2024b)

No ano seguinte, 2024, em Angola, o *SADC Business Council*⁵ organizou o Fórum de Industrialização da África Austral como forma de discutir os principais problemas e oportunidades de negócio na região, e em especial em Angola. No fórum, a BUSA apresentou sua visão de negócio, reforçando o compromisso das empresas privadas sul-africanas com os propósitos de industrialização da região, bem como o enorme potencial do capital sul-africano para desbloquear o processo de produção interna na região. (*idem*)

As empresas sul-africanas, de facto, possuem vantagens na região, pois, com seu nível relativo de sofisticação e diversidade produtiva, conseguem oferecer aos mercados locais bens e serviços que são amplamente procurados pelos consumidores locais. Para a OCDE (2019, p.134), dada a alta dependência na produção de *commodities*⁶, os países da África Austral não conseguem obter maior capacidade de produção para consequentemente atender a sua demanda interna por produtos manufaturados. No entanto, a África do Sul constitui uma exceção dentre os países, com sua alta capacidade de processamento industrial em relação aos seus pares, de sorte que ocupa melhores posições em Índice de Complexidade Econômica e de Produto relativamente aos demais Estados. Tal como se consegue ver na tabela abaixo, a África do Sul possui maior variedade de produtos produzidos e uma estrutura produtiva mais complexa relativamente aos demais países, o que traduz seu maior potencial tecnológico e *know-how* mais sofisticado.

⁴ É um fórum de discussão da SADC que reúne a classe empresarial mais importante da região em estreita relação com o órgão regional. <https://www.thespsf.com/>

⁵ Órgão da SADC formado pelas principais associações empresariais dos Estados Membros. <https://sadcabc.org/>

⁶ A maioria dos países da SADC tem suas receitas fiscais dependendo da exploração de commodities, como petróleo e gás em volta de 70% no nível de arrecadação. (SADC, 2020)

Tabela 2 - Complexidade econômica e de produtos na África Austral

	Índice de Complexidade Económica	Produto líder de exportação	Índice de Complexidade de Produto
Lesoto		Diamantes	-0.972
Essuatíni		Misturas de substâncias odoríferas	-0.055
Malawi	-1.380	Tabaco não manufaturado	-1.920
Zâmbia	-1.270	Cobre refinado	-1.730
Moçambique	-1.210	Alumínio forjado	-1.120
Angola	-1.130	Óleos de petróleo	-2.280
Zimbábwe	-1.010	Tabaco não manufaturado	-1.920
Botswana	-0.802	Diamantes	-0.972
Namíbia	-0.435	Diamantes	-0.972
África do Sul	-0.181	Ouro	-2.080

Nota: Os dois índices apresentam valores positivos e negativos. Um Índice de Complexidade Económica negativo significa que o país produz produtos comuns que são fáceis de produzir. Um Índice de Complexidade de Produto negativo indica um baixo nível de transformação ou de valor acrescentado.

Fonte: Harvard University (2019), *Atlas of Economic Complexity* (base de dados).

Fonte: OCDE (2019, p. 135)

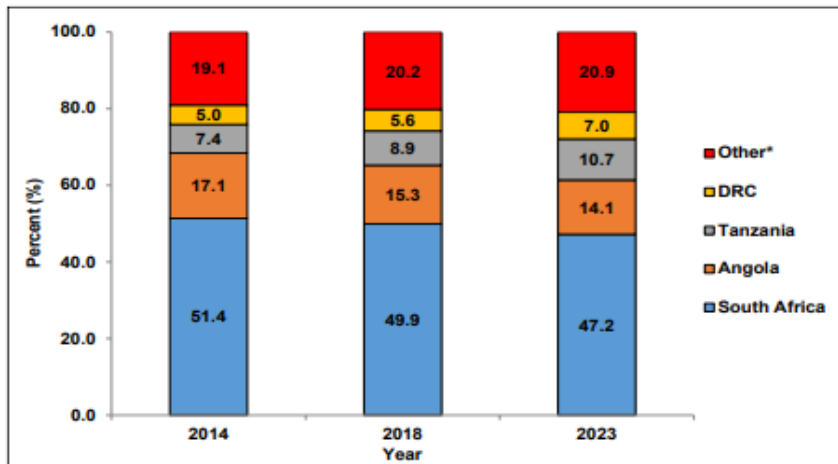
Com efeito, este cenário é um reflexo da capacidade produtiva que o mercado sul-africano possui com uma variedade de empresas com estruturas produtivas que permitem ao país produzir diferentes bens e serviços. De facto, esta capacidade de processamento da indústria sul-africana é um factor relevante no impulso do comércio na região. A África do Sul é responsável por mais de 80% de todo comércio que é estabelecido entre os países membros, enquanto a região representa apenas 11% do comércio exterior do país (OCDE, 2019, p. 144)

Como consequência, a capacidade alargada das unidades produtivas sul-africanas têm o potencial de se tornar em factores relevantes para consolidar as cadeias regionais de valores, ajudando, por assim dizer, a região à ultrapassar o veemente problema de baixa complementaridade na SADC que é fruto da baixa capacidade produtiva e de processamento interno das economias locais (Dos Santos; Tomassoni, 2023).

Os mercados da SACU encontram-se mais integrados em relação aos demais países da SADC, e nestes mercados onde a atuação de empresas sul africanas é mais fluída atendendo a natureza da união aduaneira que ajudou a remover barreiras, pode se constatar maior integração entre as unidades produtivas. Segundo a OCDE (2022, p. 122), a África do Sul é o centro produtivo para onde o sistema fragmentado de produção do setor automobilístico, setor em destaque na criação de cadeias regionais de valores na SADC, e responsável pelo alto volume de comércio de bens intermediários na região (representando o dobro do comércio de bens intermediários nas demais regiões de África), encaminha as partes integrantes dos bens produzidos. Neste contexto, o setor automobilísticos, que é apontado como um setor com

potencial para desenvolver cadeia regional de valor na SADC, tem a África do Sul como centro pela capacidade produtiva interna, trabalhando diretamente com unidades produtivas dos países vizinhos. Por outro lado, a figura abaixo demonstra o potencial econômico da estrutura produtiva sul-africana em comparação com os demais Estados, reforçando o papel do país no aumento da produção da região.

Figura 2 - Participação no PIB regional por Estado Membro (2014, 2018, 2023)



*Include Botswana, Eswatini, Lesotho, Madagascar, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, Seychelles, Zambia, and Zimbabwe.

Fonte: SADC (2024).

Assim, quer as empresas sul-africanas quer as empresas multinacionais que se servem do mercado sul-africano podem representar maior fluxo de investimento direto estrangeiros nos países por meio da atuação em mercados vizinhos no âmbito da procura por mercados mais eficientes para a performance das firmas. Para Mthombeni (2016, p. 191), é importante que as empresas estrangeiras que vêm na África do Sul sua porta de entrada para investir nos mercados locais da região possam efetivamente assegurar a materialização dos projetos, enquanto Egwu e Aregbeshola (2017, p. 3) destaca que a entrada de investimento direto de empresas estrangeiras nos países da região pode ter um impacto positivo na estabilização macroeconômica, dado que o fluxo monetário ajuda a corrigir desequilíbrios na balança de pagamentos, como tem impacto na situação cambial dos países.

Por outro lado, com políticas internas atrativas, o investimento direto das multinacionais pode representar maior arrecadação para os governos locais, contribuindo para ajustes fiscais internamente, na medida em que a atividade comercial é desenvolvida. E ainda, o investimento estrangeiro das multinacionais contribui para a sofisticação da tecnologia produtiva internamente, isto é, o processo de transferência de tecnologia pode ocorrer nesses casos. (*Idem*, p. 4)

Para além das implicações positivas para o processo de integração regional por meio da melhor performance local, a atuação das empresas sul-africanas na região e consequente domínio do país sobre os demais pode representar, paradoxalmente, novos desafios internamente aos países.

Mthombeni (2016, p. 101) aponta que a aplicação do Protocolo de Comércio da SADC por meio da liberalização dos mercados que garante maior circulação de bens e serviços constitui por um lado uma vantagem para a região rumo à maior integração dos mercados, mas, por outro lado, pode representar a perda de competitividade dos bens e serviços oferecidos localmente, pelo facto de os produtos sul-africanos, no contexto da SADC, estarem em vantagem relativa pela qualidade superior e nível de sofisticação. Desse jeito, a liberalização e fomento do comércio intra-regional representa assim maior fluidez dos bens e serviços sul-africanos em detrimento dos locais. Assim, no médio e longo prazo isto pode elevar a migração para a África do Sul na medida em que o país se torna o centro produtivo da região.

Amós (2010, p. 127) sugere que a dependência intensa dos países da SACU⁷ em relação à África do Sul constitui uma estratégia de mercado que torna esses países compradores diretos dos produtos do país, uma vez que o nível de integração desses países é maior em relação aos demais da SADC. Esta estratégia, quando combinada com a ampla circulação dos bens e serviços sul-africanos, se tornam em um mecanismo da África do Sul de garantir demanda para seus produtos que não teriam qualidade suficiente para competir em outros mercados onde os países têm também ampla abertura, como o da UE.

Embora o domínio sul-africano sobre a economia da região possa representar alguns desafios internos aos demais países da mesma região, é importante analisar a convergência que possa haver entre o predomínio das empresas sul-africanas e as metas de aprofundamento do processo de integração regional. Desta maneira, o RISDP é o principal instrumento de planeamento das políticas de integração na região, sendo portanto um excelente indicador para avaliar o impacto das empresas privadas sobre tais metas.

Para o alcance das metas nos principais pilares do RISDP (2020-30), seguramente o setor privado empresarial sul africano desempenha um papel relevante. Entre os principais pilares do referido documento conta: Desenvolvimento Industrial e Integração de Mercados (I), Desenvolvimento de Infraestruturas de Apoio e a Integração Regional (II) e Desenvolvimento do Capital Social e Humano (III). (SADC, 2020)

⁷ África do Sul, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Namíbia.

O setor privado empresarial contribui para o aumento da produção de bens e serviços, sendo portanto, o crescimento da atividade industrial um reflexo da performance das unidades produtivas. Neste contexto, para o alcance das metas de aumento da participação do setor industrial no PIB da região e menor participação do setor primário, é fundamental haver um setor produtivo capaz de incrementar a produção interna.

Para a consolidação dos objetivos com o segundo pilar da gestão regional, é fundamental o desenvolvimento de infraestruturas em áreas como a telecomunicações, energia e transporte (SADC, 2020, p. 33). Neste contexto, o setor privado empresarial sul-africano dada a sua maior estrutura de capital pode contribuir ativamente para a difusão de telecomunicações nos mercados onde atua, como a MTN por exemplo, sendo portanto um aliado para que as metas de promoção de acesso à internet pela população local ocorram. Por outro lado, as empresas de energia sul-africanas, como a SASOL, atendendo à demanda interna por fontes de energia para o abastecimento das indústrias locais, têm o potencial de contribuir fortemente para o desenvolvimento de infraestruturas de produção, distribuição e consumo de energia. Por outro lado, as empresas da área de varejo e retalho, como a Shoprite Holdings, podem ter um papel significativo para a circulação de bens e serviços na região, aumentando a capacidade de logística entre diferentes mercados.

Por fim, para o último pilar, o setor privado empresarial contribui ativamente para o aperfeiçoamento do capital humano pelo potencial tecnológico e know-how que as firmas possuem e põe à disponibilidade dos trabalhadores locais. Como também contribuem para o desenvolvimento de inovações nas linhas de produção, aprimorando as qualificações da mão-de-obra local, quando conseguem atingir níveis de empregabilidade suficientes. (Egwu; Aregbeshola, 2017, p. 4)

Portanto, a atuação das empresas sul-africanas na SADC representa uma janela de oportunidades para a região, se revelando como um aliado do setor público para o alcance de metas estratégicas definidas à nível regional. Por outro lado, a mesma predominância representa também alguns desafios nos mercados locais, tornando-os mais vulneráveis à choques externos e dependentes do centro econômico regional, a África do Sul.

5 CONCLUSÃO

Na sequência do estudo desenvolvido em torno do papel das empresas sul africanas na consolidação do processo de integração regional na SADC foi possível obter um conjunto de dados que foram fundamentais para que os objetivos da pesquisas fossem alcançados e a pergunta de pesquisa, respondida. Desta maneira, o objeto de pesquisa se mostrou complexo e multifacetado, no entanto, através da aplicação da metodologia pretendida, e mediante a análise dos resultados, foi possível reunir um conjunto de dados que nos permitem fazer algumas considerações finais.

Existem fortes evidências de que a África do Sul constitui uma hegemonia dentro da SADC por sua estrutura econômica que o permite ter domínio sobre a região em diversas áreas. Desta maneira, o país exerce um papel importante para a política da SADC, e seu poderio econômico tem o potencial de contribuir significativamente para o avanço das políticas de integração regional na SADC, como podem contribuir para o melhoramento de certos indicadores na região tendo em vista a superação dos principais desafios do mercado regional, como baixa complementaridade, fraca produção de manufatura, déficit de infraestruturas, e outros.

O mercado sul-africano abriga as maiores empresas multinacionais do continente africano em diversas áreas, e com alto valor de mercado. Assim, as empresas sul-africanas possuem um potencial de desencadear investimentos na região, promovendo aumento da produção interna, maior empregabilidade, uma forte integração dos mercados, como aumento da rede de apoio à integração regional. No entanto, dados empíricos demonstraram que as empresas sul-africanas têm tido uma participação ativa na SADC, dominando em vários setores, e levantando questionamentos sobre os reais efeitos dessa atuação. Neste contexto, por um lado, as empresas sul-africanas causam um efeito negativo nos mercados locais, pois devido à sua maior competitividade, elas dominam os mercados locais, enquanto as empresas nacionais perdem espaço no mercado interno. Por outro lado, as firmas sul-africanas produzem efeitos vantajosos também dado que conseguem corresponder à demanda interna por bens e serviços, como mobilizam maior investimento direto estrangeiro nos países da região.

Dentro da atuação das empresas sul-africanas na região é importante levar-se em conta que as mesmas empresas representam um meio de escoamento dos produtos sul-africanos nos demais mercados, promovendo assim o mercado nacional e desfavorecendo às vezes os demais mercados. Com efeito, a África do Sul se reafirma como centro econômico da região, atraindo maior investimento externo da região e com melhor ambiente de negócios.

A BUSA é um ator importante no setor privado empresarial sul-africano, tendo influência na política interna, bem como na política regional por meio da participação em espaços de decisão como o Fórum do Setor Privado da SADC, defendendo o interesse da classe empresarial. Deste modo, as empresas sul-africanas conseguem ter maior atuação na região, e melhor acesso aos mercados locais.

As empresas sul-africanas, apesar dos impactos negativos que podem causar nos mercados locais, contribuem de forma significativa para que os objetivos de consolidação de integração regional na SADC se efetivem. Assim, por meio da sua atuação é possível notar maior volume de comércio de bens na região em relação às demais regiões, uma articulação cada vez maior das cadeias regionais de valor e, por fim, um conjunto de medidas em direção às metas do RISDP.

Portanto, o setor privado sul-africano possui protagonismo na região, contribuindo positivamente para o melhoramento do desempenho econômico da região, como também, por outro lado, existem implicações negativas desse protagonismo para os demais países, levantando preocupações com políticas protecionistas e outras barreiras não-tarifárias. No entanto, a consolidação da integração regional na SADC embarca variáveis para além da atuação privada, como questões estruturais que são resolvidas no âmbito político. Apesar disso, o setor privado empresarial se mostrou relevante para que a performance econômica e política dos Estado-Membros podem ser melhoradas, exercendo dessa maneira um papel ativo na consolidação do processo de integração regional por meio da sua atuação, ofertando bens e serviços que possuem alta demanda local, e aumentando assim o nível de investimento nos mercados onde atuam.

REFERÊNCIAS

ABDULAHÉ, Amade. *Impacto Da Prática Da Responsabilidade Social Da Sasol Nas Comunidades Em Moçambique No Período Entre 2004 A 2009*. Dissertação (Mestrado Em Gestão De Empresas) - Instituto universitário de Lisboa. 2011.

AMOS, Saurombe. *The role of South Africa in SADC regional integration: the making or braking of the organization*. J. Int'l Com. L. & Tech., v. 5, p. 124, 2010.

ASPEN PHARMACARE. *About Aspen*. Aspen Pharmacare, disponível em <https://www.aspenpharma.com/about-aspen/> acesso em 20/09/2025

ASPEN PHARMACARE. *Aspen fact sheet*. Hotlines: 2017. Disponível em https://www.aspenpharma.com/wp-content/uploads/2017/02/Aspen-fact-sheet-January-2017.pdf?utm_source=chatgpt.com

ASPEN PHARMACARE. *Manufacturing capability*. 2025. Disponível em <https://jumpshare.com/share/WXb8BMEY1Oms5sY0vrft?b=5K1sk2ToJ5DloGPozY6z>

BANCO MUNDIAL. *Zambia Makes Steady Progress in Financial Inclusion but Many Women Still Excluded*. World bank group. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2017/11/08/zambia-makes-steady-progress-in-financial-inclusion-but-many-women-still-excluded> acesso 09/19/2025

BANCO MUNDIAL. *The global findex database*. Washington: World Bank, 2025. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstreams/9288bdc5-7a9b-42de-a47c-3746fd68f22a/download>

BUSINESS FOR SOUTH AFRICA. *Our Work*. Businessforsa. Disponível em https://businessforsa.org/?page_id=75 acesso em 06/10/2025

BUSA. *Annual Report 2023*. Sandton: 2023 disponível em <https://www.busa.org.za/annual-reports/>

BUSA. *Annual Report 2020*. Sandton: 2020 disponível em <https://www.busa.org.za/annual-reports/>

BUSA. *Annual Report 2024*. Sandton: 2024 disponível em <https://www.busa.org.za/annual-reports/>

BUSA. *Quarterly Bulletin Q 1*. Sandton: 2024. Disponível em <https://www.busa.org.za/wp-content/uploads/2024/05/BUSA-Bulletin-2024-Q1.pdf?>

BUSA. *How Busa work*. Sandton, 2025. Disponível em <https://www.busa.org.za/about-busa/how-busa-works/> acessado em 13/09/2025

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Exportações de gás de Pande-Temane para a África do Sul: Primeiros grandes projectos do sector extractivo frustram as expectativas dos moçambicanos*. Edição N° 17/2013. Maputo: 2013.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Sasol Continuará A Enriquecer E O Estado Moçambicano A “Vaca Leiteira”*. Maputo: 2017. Disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/Texto-Sasol-FINAL-.pdf>

CONCEIÇÃO, Luciano da. *Moçambique: População em protesto contra a multinacional Sasol*. DW, 2021. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-popula%C3%A7%C3%A3o-em-protesto-contra-a-multinacional-sasol/a-57601419> acesso em 02/11/2025

CHIRRUTE, Anastácio. *Expolração de Gás em Inhambane: População vive em condições deploráveis e privada dos seus direitos*. Dossiers e Factos, 2024. Disponível em <https://dossiersefactos.com/2024/09/26/exploracao-de-gas-em-inhambane-populacao-vive-em-condicoes-deploraveis-e-privada-dos-seus-direitos/> acesso: 05/11/2025

EGWU, E. Mathew; AREGBESHOLA, R. Adewale. *The odyssey of South African multinational corporations (MNCs) and their impact on the Southern African development community (SADC)*. African Journal of Business Management, v. 11, n. 23, p. 686-703, 2017.

INE. *Indicadores de Emprego e Desemprego: Inquérito ao emprego em Angola*. Luanda: INE, 2025. Disponível em <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDIzNDY%3D>

IMENDA, Mwangala; MPUNDU, Mubanga. *Assessing the effect of Customer Relationship Management (CRM) on competitive advantage in the Mobile Network Organization (MNO) industry in Zambia* (A qualitative cross case analysis of NTN, Airtel and Zamtel Zambia). INTERNATIONAL JOURNAL, v. 7, n. 2, 2025.

MTN. *Integrated Report 2024*. Fairland: 2014. Disponível em <https://mtn-investor.com/mtn-ir2024/pdf/mtn-fy24intergrated-report-final-2025.pdf>

MTN ZAMBIA. *Our History*. MTN, disponível em <https://www.mtn.zm/about/> acesso em 09/10/2025

MTN. *MTN Group adds a new distribution channel for MTN Mobile Money in Zambia*. The Mail and Guard. Disponível em <https://pressoffice.mg.co.za/mtn/content/lwrKx73KeJn7mg1o> acesso em 07/08/2025

MACKINTOSH, Maureen et al . *Local production of pharmaceuticals and health system strengthening in Africa*. Berlim: BMZ, 2017. Disponível em <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10044381/1/Local%20Production%20of%20Pharmaceuticals.pdf?>

MAVUSO, Busiswe. *President’s BUSA AGM address was positive for the business and government partnership*. BLSA, 2024. Disponível em <https://blsa.org.za/thought-leadership/blsas-ceos-weekly-newsletter-presidents-busa-agm-address-was-positive-for-the-business-and-government-partnership/> acesso: 07/11/2025

MHAMBA, Robert M.; MBIRIGENDA, Shukrani; AFRICA, Southern. *The pharmaceutical industry and access to essential medicines in Tanzania*. Institute of Development Studies, University of Dar es Salaam, Equinet discussion Paper, v. 83, 2010.

MKHABELA, Mpumelelo Kansas; NSHIMBI, Christopher Changwe. *Post-Apartheid South Africa and African continental integration: the contribution of South African Multinational corporations to integration in Africa*. Journal of African Business, v. 25, n. 3, p. 445-466, 2024.

MESQUITA, Rafael. *Regionalismo, Integração Regional E As Relações Internacionais: uma introdução teórica*. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 10 (1), 2019

NGUNGA, Eurico; VIEIRA, Paulo. *O papel da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento econômico sustentável – O caso da empresa Shoprite-Angola*. ALBA - ISFIC Research and Science Journal, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 197-211, 2025. Disponível em: <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2019: alcançar a transformação produtiva*. Paris: OECD Publishing/Addis Ababa: AUC, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a9bd7ae4-pt>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022: Cadeias de valor regionais para uma recuperação sustentável*. Addis Ababa: AUC; Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e43b7c06-pt>.

PAES, Lucas ; HOSCHEIDT, Matheus ; FILHO, Osvaldo Pereira. *Processos africanos de integração regional*. In: SPOHR, Alexandre Piffero; STADNIK, Marjorie; MEDEIROS, Klei. *Relações internacionais para educadores: África em foco*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2013.

PHIRI, Thomas; MPUNDU, Mubanga, . *Corporate Governance of State-Owned Enterprises: A Comparative Literature Review of the Telecommunication Industry in Zambia with a Focus on Zamtel and MTN*. ISAR Journal of Economics and Business Management, 3(3), 14-19, 2025

RIZZI, Kamilla Raquel; SCHUTZ, Nathaly Xavier. *Política Externa da Nova África do Sul: reinserção e afirmação regional*. AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 3, n. 5, 2014.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, n. 4, p. 138, 2005.

SANTOS, Carolina Fresta dos; TOMASSONI, Francos. *SADC: Desafios na integração econômica e o gigante sul-africano*. 2013

SASOL. *As Nossas Operações E Projectos Em Moçambique*. Joanesburgo, 2025. Disponível em <https://www.sasol.com/our-businesses/energy/gas-sourcing-and-operations> acessado em 31/08/2025

SASOL. Integrated annual report 2021. Joanesburgo: 2021. Disponível em https://sasol.com/sites/default/files/2024-08/Sasol%20Integrated%20Report_2021_22Sep21.pdf acessado em 30/08/2025.

SADC. *Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para 2020–2030*, Gaborone: secretariado da SADC, 2020.

SADC. *SADC Sectors 2022*. Gaborone: 2023. Disponível em <<https://www.sadc.int/sadc-statistics/statistics-database>> acessado em 26.10.2025

SADC. *História e Tratado*. Gaborone, 2022. disponível em <https://www.sadc.int/pt-pt/p%C3%A1ginas/historia-e-tratado> Acessado em 18 de outubro de 2025

SADC. *Protocol on Energy*. 1996. Disponível em <https://www.sadc.int/document/protocol-energy>

SADC; UE. *Estratégia de Transformação Digital da SADC e plano de ação*. 2022, disponível em <https://www.sadc.int/sites/default/files/2025-08/PT%20-%205.2.3B%20-%20CM--SADC-ICT-INFO-MINISTERS-2023-4.8D%20-%20Draft%20SADC%20DTS.pdf>

SADC. *The Sadc Regional Infrastructure Master Plan*. Gaborone: 2012. Disponível em https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-11/Regional_Infrastructure_Development_Master_Plan_Energy_Sector_Plan.pdf

SHOPRITE HOLDING GROUP. *Our Group*. Shoprite holdings. Disponível em <https://www.shopriteholdings.co.za/group.html> acesso 20/09/2025

SHOPRITE HOLDING. *Annual Integrated Report 2024*. Cape Town: 2024. Disponível em <https://www.shopriteholdings.co.za/docs/shp-ir-2024.pdf>

TMDS. *Promoção de fabricantes nacionais de produtos farmacêuticos*. TMDS, 2025. Disponível em <https://www.tmda.go.tz/pages/promotion-of-domestic-pharmaceutical-manufacturers?> acesso: 03/11/2025

WHITTLES, Govan. *Poor Mozambicans accuse Sasol of bleeding them*. The Mail and Guard, 2017. Disponível em https://mg.co.za/article/2017-10-25-00-poor-mozambicans-accuse-sasol-of-bleeding-them/?utm_source=chatgpt.com. Acessado em 10/09/2025

ZAMTEL. *About Our Company*. Zamtel, disponível em https://www.zamtel.zm/about_company.html acesso 12/09/2025